

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Conhecimentos Gerais (Tópicos do Brasil) p/ Prefeitura de Senador Canedo (Nível Superior) Pós-Edital

Professor: Leandro Signori

Aula 00 – Fatos e Elementos de Política Brasileira - I

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **CONHECIMENTOS GERAIS** no próximo concurso da **PREFEITURA DE SENADOR CANEDO - GOIÁS** para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e do Distrito Federal, Geografia e Conhecimentos Específicos.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso, que será de teoria e exercícios, no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital do concurso público:



CONHECIMENTOS GERAIS: Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Fatos e elementos de política brasileira. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e nacionais.

Ao todo serão seis aulas, incluindo esta aula demonstrativa, cuja estrutura é a seguinte:

Aula	Conteúdo Programático
00	Fatos e Elementos de Política Brasileira - I
01	Fatos e Elementos de Política Brasileira - II
02	Fatos e Elementos de Política Brasileira - III
03	Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e nacionais
04	Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão.
Aula Extra 1	Retrospectivas Mensais de Atualidades

A distribuição das aulas, neste formato, visa otimizar a amplitude dos conteúdos e sua interconexão em grandes temas.

Como disse, além de estudar a teoria, é fundamental que você resolva muitas questões. Assim, até o final deste curso, teremos mais de 300 questões comentadas de diversas bancas, no estilo certo/errado e múltipla escolha.

Utilizamos questões de diversas bancas, não somente da banca do seu concurso, por que, como o nome diz, a nossa disciplina é Conhecimentos Gerais, na qual a maioria das questões se desatualizam rapidamente. Poucos meses, as vezes dias, após o concurso, a questão já está desatualizada.

Também utilizamos questões de anos anteriores, para termos uma maior quantidade de questões. Sim, pois temos muitas questões de anos anteriores que não se desatualizaram. São



questões que cobraram aspectos contextuais e/ou conceituais, que permanecem atuais nos dias de hoje.

Se colocarmos no curso somente questões do ano atual e do ano anterior e do estilo da banca do seu concurso, vamos ter poucas questões, assim, muitos alunos vão reclamar da pouca quantidade de questões.

Desta forma, com questões de diversas bancas, dos dois estilos, de anos recentes e de anos anteriores (mas atualizadas) conseguimos ter um bom número de questões para vocês praticarem.

No entanto, se algum aluno não concordar, está livre para resolver somente questões do ano atual e anterior, somente da banca do seu concurso e no estilo da banca do seu concurso. É uma escolha de cada aluno. É só escolher as que quer resolver e as que não quer resolver.

De minha parte, recomendo que resolvam todas, pois foram criteriosamente selecionadas e são úteis para o estudo de vocês. Se não fossem, não estariam no nosso curso.

Na parte teórica seremos objetivos, todavia sem deixar de fora nenhum conteúdo e sem esquecer dos detalhes cobrados pelas bancas. Vamos ver as pegadinhas e as cascas de banana que são colocadas para escorregarmos na questão. Também vou usar figuras, tabelas, gráficos e mapas de forma a sintetizar e esquematizar o conteúdo.

Contudo, Conhecimentos Gerais é uma disciplina extremamente dinâmica, especialmente no que ocorre no seu dia a dia. É uma tarefa hercúlea, manter um curso de Conhecimentos Gerais sempre atualizado. Para suprir essa lacuna, mensalmente realizamos um aulão ao vivo, gratuito, de retrospectiva do mês anterior. Essas aulas são realizadas pelo canal do Estratégia Concursos no YouTube. Elas ocorrem entre o dia 1º e o dia 03 de cada mês. Uma semana antes, começam a ser divulgadas no site do Estratégia Concursos. Assim, é só você acompanhar a divulgação e se inscrever para participar da aula.

Portanto, caro aluno, além das apostilas e das videoaulas você tem que necessariamente assistir aos meus aulões mensais de retrospectiva do mês anterior.



Para quem não conseguir assistir ou quiser assistir as aulas já realizadas é só acessar o meu canal do YouTube. Abaixo de cada vídeo, tem um link, onde você pode baixar o pdf da aula. Aproveite e inscreva-se no meu canal.

Os aulões também são editados e postados neste curso, enquanto ele permanecer ativo para o professor. Depois disso não é mais possível fazer a postagem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram: profleandrosignori**, **Facebook: Leandro Signori Atualidades** e **YouTube: Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

Nesta aula vamos estudar vários temas que se referem a tópicos e fatos políticos e sociais que estão em evidência no Brasil no momento atual. Podem ser tanto temas da política em geral, como de políticas públicas diversas ou da nossa sociedade.

Na próxima aula continuaremos este estudo, com outros tópicos.



Sumário

1 – A corrupção	6
2 – Operação Lava Jato	9
3 – Projeto de Lei Anticrime	11
4 – A prisão do ex-presidente Lula	13
5 – O foro privilegiado	15
6 – Eleições de 2018 no Brasil	17
7 – Os trinta anos da Constituição de 1988	22
8 – Base Nacional Comum Curricular	24
9 – A educação domiciliar	25
10 – Mais Médicos.....	28
11 – O Brasil e a questão migratória.....	30
<i>11.1 Brasil se retira do Pacto Global para a Migração.....</i>	<i>34</i>
12 – IDH	35
13 – Questões comentadas	39
14 – Lista de questões.....	71
15 – Gabarito.....	89



1 – A CORRUPÇÃO

Em política, de modo geral, corrupção é o ato de trocar algum tipo de vantagem (política, financeira, de informações) por meios ilegais ou ilícitos como, por exemplo, dar ou receber dinheiro ou presentes em troca de algum benefício. Há vários tipos de crime de corrupção.

Estudo realizado em 2015 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apontou que a corrupção consome no Brasil entre R\$ 50 bilhões e R\$ 84 bilhões por ano. Para termos uma ideia do montante deste valor, o orçamento federal da Saúde naquele ano foi de R\$ 91,5 bilhões; o da Educação foi de R\$ 39,3 bilhões; e o dos programas sociais foi de R\$ 31,6 bilhões.

As formas mais frequentes de corrupção

CONCUSSÃO: Usar a função pública para exigir vantagem indevida, como um fiscal que pede propina para não multar um estabelecimento comercial.

CORRUPÇÃO ATIVA: Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público para que ele pratique, deixe de praticar ou retarda um ato que tenha obrigação de efetuar, como dar dinheiro ao guarda para evitar uma multa.

CORRUPÇÃO PASSIVA: Praticada pelo funcionário que pede ou aceita a proposta de corrupção ativa.

CORRUPÇÃO ELEITORAL: Oferecer ou pedir dinheiro ou vantagem em troca do voto numa eleição.

PECULATO: Apropriar-se de dinheiro ou bem, público ou particular, valendo-se de seu cargo. Como quando um servidor responsável pela segurança de bens apreendidos toma-os para si.

PREVARICAÇÃO: Atrasar ou deixar de praticar ato que tem dever de realizar, ou realizá-lo contra o que manda a lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. São os casos em que o servidor age para vingar-se ou prejudicar alguém.

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA: Prática ilegal de aproveitar de sua posição ou conexão privilegiada para cobrar ou pedir vantagem para influir na atuação de outro funcionário público.

500 anos de corrupção

A corrupção do Brasil não é novidade, nem começou no atual governo, nem nos governos Lula-Dilma. Pautada pela apropriação dos bens públicos para benefício privado, sua origem está no primeiro sistema de gestão do território brasileiro, o de capitanias hereditárias, instituído em 1534. Por ele, o rei de Portugal entregava a pessoas de suas relações a posse e a administração de terras do Estado. Nascia ali o hábito que perdura até hoje no Brasil: usar o patrimônio e os recursos públicos para vantagens pessoais, ignorando as necessidades da maior parte da população.



A prática atravessou os séculos e ganhou os contornos atuais nas duas ditaduras que vivemos no século XX, a do Estado Novo (1937-1945) e a de 1964, quando o arbítrio e a censura favoreceram a disseminação da corrupção por um corpo de funcionários que atuavam à margem de qualquer fiscalização ou controle. Foram tempos de gigantescos investimentos públicos em infraestrutura, em que a corrupção assumiu a forma de propinas pagas para fraudar concorrências e favorecer grupos econômicos que controlavam essa rede de subornos.

Em outras palavras, as empresas privadas passaram a pagar servidores públicos para poder ter acesso privilegiado aos melhores contratos de licitações de obras públicas. Esse valor era acrescido ao custo do serviço. Ou seja, o dinheiro do Estado era usado para manter a roda da corrupção, o tal uso de recursos públicos em benefício de indivíduos. Esse é o modelo básico da corrupção dos dias de hoje, desde as pequenas compras nas prefeituras do interior, até as licitações bilionárias de ministérios e estatais, como no caso da Lava Jato.

Quando o avanço tecnológico e a volta de um regime político aberto, ao final da ditadura, em 1985, favoreceram a disseminação de rádios e canais de TV, a distribuição das concessões, por exemplo, passou a ser moeda de troca para acordos políticos. Na época das privatizações e das transferências de dinheiro via internet, nos anos 1990, multiplicaram-se contas secretas no exterior para recompensar autoridades que pudessem fornecer informações privilegiadas ou, quem sabe, influenciar o desfecho dos leilões. Estamos falando, então, da corrupção do homem público que recebe dinheiro privado em troca de vantagens ilícitas e também do que comercializa seu mandato político. Naturalmente, as coisas estão entrelaçadas, e um dinheiro sujo – público ou privado – serve a diversos fins.

Nos anos recentes, além do ex-presidente Fernando Collor de Mello (PRN), que sofreu impeachment por causa de corrupção, em 1992, houve graves denúncias contra os governos de José Sarney (PMDB, 1985-1990), Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 2003-2010), e centenas de casos em prefeituras e governos estaduais. Em suma, os cargos eletivos e a função pública são utilizados com frequência para a promoção pessoal ou para os negócios, o que é, no mínimo, antiético. Infelizmente, mesmo quando existem denúncias, a maioria dos casos fica impune – com frequência, pela demora de anos e anos nos processos ou pelos fóruns privilegiados dos políticos. A impunidade acaba incentivando a corrupção.

Mesmo que tenha vindo de gerações anteriores, a corrupção é uma ferida na vida nacional que não para de incomodar e desperta a revolta e a indignação da maioria dos cidadãos. O país conviveu, nos últimos anos, com notícias cotidianas sobre o “Mensalão”. Mal saímos desse episódio e nos defrontamos com um escândalo de proporções muito maiores, a corrupção na Petrobras, desvelada pela **Operação Lava Jato**. Podemos falar ainda da Operação Zelotes, do Swiss Leaks, da Operação Vidas Secas, do cartel do metrô em São Paulo e de outros vergonhosos casos de corrupção no Brasil atual.

O ambiente político

Mas, além de funcionários corruptos que enriquecem com o dinheiro público e políticos desonestos que usam de poder para obter vantagens, a corrupção no Brasil tem um componente



particular: a chamada busca pela **governabilidade** - que nada mais é que a tentativa de criar condições estáveis para governar. Apesar de os presidentes terem à disposição instrumentos para adotar sua orientação política, eles precisam que o Congresso aprove certas decisões. É praticamente impossível que um presidente tenha maioria parlamentar apenas com deputados e senadores de seu partido. Então, ele faz alianças com outras legendas para conseguir a maioria, formando a “bancada governista”, que é a base de apoio do presidente (Poder Executivo) no Congresso Nacional (Poder Legislativo).

Entra em cena, então, o **clientelismo**, com o uso dos recursos do Estado para favorecer aliados por meio de obras ou nomeações de cargos públicos. Há milhares de cargos na máquina federal para serem preenchidos pelo Executivo, o que é um prato cheio para a barganha política. Parlamentares podem apontar parentes e apadrinhados para essas funções - muitas vezes pessoas que não têm a capacidade técnica para o cargo ou nem sequer trabalham.

Outra irregularidade bastante comum no país é o **caixa dois**, a acumulação de recursos ilegais para financiar campanhas eleitorais. Geralmente, o esquema é operado da seguinte forma: empresas superfaturam serviços que prestam ao governo e dividem o excedente com membros dos partidos políticos. Também podem fazer o contrário: doar grandes quantias ilegalmente para um candidato esperando cobrar vantagens se ele for eleito. Essas vantagens virão na forma de vitórias em licitações dirigidas ou pagamentos de obras e serviços em valores superiores ao preço justo.

A corrupção na sociedade

Para estudiosos, a corrupção na esfera pública é uma extensão de maus hábitos da população - afinal, os políticos saem do corpo da sociedade. Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais e do Instituto Vox Populi revelou que 23% dos brasileiros acham que dar dinheiro ao guarda para evitar a multa não é um ato corrupto. Isso pode ser um demonstrativo de como a cultura do “jeitinho brasileiro”, em que ações como falsificar carteira de estudante, comprar diploma falso ou “roubar” o sinal da TV a cabo não são percebidos como corrupção. Muitos, inclusive, não consideram que o ato de sonegar impostos tenha relação com a corrupção.

Na verdade, quem pratica esses pequenos atos de corrupção está cuidando apenas de seu interesse pessoal sobre as regras sociais vigentes. Ou seja, pratica individualmente o conceito de levar alguma vantagem mesmo que isso cause um prejuízo à sociedade. É nesse ponto que os comportamentos dos desvios cotidianos e das corrupções de grande montante público se encontram: interesses privados de alguns indivíduos se sobrepõem aos interesses públicos e gerais da sociedade. “Aceitar essas pequenas corrupções legitima aceitar grandes corrupções”, afirma o promotor Jairo Cruz Moreira, coordenador da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, do Ministério Público.

Além da corrupção na esfera pública, é importante destacar que ela existe também no mundo privado. É comum que funcionários responsáveis por comprar e contratações das empresas recebam dinheiro e presentes para beneficiar uma determinada companhia num processo de concorrência, em prejuízo do próprio local onde trabalha. E aí aparece mais uma distorção do sistema penal brasileiro. Apesar de ser punida com severidade em muitos países, no Brasil a corrupção entre



empresas privadas não é considerada crime - desde que não envolva um funcionário público. Somente agora, no projeto de reforma do Código Penal que tramita no Congresso, está prevista a introdução de punição, com pena de até quatro anos de prisão.

Combate à corrupção

Com a retomada da democracia e a Constituição de 1988, o Ministério Público ganhou mais poderes para agir em casos de corrupção e foram criados mecanismos para fortalecer as investigações. Escândalos como o dos “Anões do Orçamento”, descoberto em 1993, e o Mensalão, que veio à tona em 2005, são resultados desses esforços. Atualmente, tramita no Congresso uma nova lei de licitações, com regras para evitar a formação de cartéis e que prevê mais rigor nas punições. Em 2012 entrou em vigor a Lei de Transparência ou Lei de Acesso à Informação, que obriga o poder público a divulgar todos os seus atos.

No entanto, mesmo com o aumento das investigações e das condenações, o espírito do corpo dos políticos tem protegido muitos de seus pares. Ao mesmo tempo, a morosidade da Justiça facilita a protelação dos julgamentos, os processos se arrastam por anos e, em muitos casos, os crimes prescrevem, deixando os criminosos impunes. E a impunidade acaba alimentando a corrupção.

2 – OPERAÇÃO LAVA JATO

Iniciada em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF) no Paraná, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro e de corrupção na Petrobras, teve como desdobramento a prisão temporária, pela primeira vez no Brasil, de presidentes, diretores e altos funcionários de grandes empreiteiras nacionais. Posteriormente, as investigações descobriram irregularidades em outras empresas e contratos públicos como no Ministério da Saúde, na Caixa Econômica Federal e nas obras da Ferrovia Norte-Sul, Usina Nuclear de Angra 3 e Hidrelétrica de Belo Monte.

O ex-juiz federal **Sérgio Moro** esteve à frente da operação, do seu início até dezembro de 2018, quando deixou a magistratura para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. Na justiça federal do Paraná, a operação se desenvolve na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba. No lugar de Moro, assumiu como titular da Vara Criminal, consequentemente dos processos da Lava Jato, o juiz federal **Luiz Antônio Bonat**. Até então, estava no comando, como substituta, a juíza Gabriela Hardt que deixou o cargo, pois não poderia assumir em definitivo.

A Lava Jato recebeu esse nome porque um dos grupos envolvidos no esquema fazia uso de uma rede de lavanderias e postos de combustíveis para movimentar o dinheiro ilícito. Segundo a Polícia Federal, a Petrobras contratava empreiteiras por licitações fraudadas. As empreiteiras combinariam entre si qual delas seria a vencedora da licitação e superfaturavam o valor da obra. Parte desse dinheiro “a mais” era desviado para pagar propinas a diretores da estatal, que, em troca, aprovariam os contratos superfaturados.



O repasse era feito pelas empreiteiras a doleiros, como Alberto Youssef, e lobistas que distribuíam o suborno. De acordo com a investigação, políticos dos partidos PT, PP, PMDB, PSDB, PTB e PSB também se beneficiaram do esquema, recebendo de 1% a 3% do valor dos contratos. Ex-diretores da Petrobras, doleiros e colaboradores, lobistas, executivos e funcionários de empreiteiras, dirigentes partidários, ex-parlamentares, e ex-ministros estão presos.

Os envolvidos estão sendo investigados ou foram condenados pelos crimes de organização criminosa, formação de cartel, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, fraude a licitações, corrupção de funcionários públicos e até de políticos.

De acordo com a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), as investigações da Lava Jato podem ser divididas em três etapas. A primeira delas apurou crimes financeiros praticados por organizações criminosas lideradas por doleiros. Na sequência, o foco esteve em atos de corrupção e lavagem de dinheiro praticados no âmbito da Petrobras. Já na fase atual, o foco das investigações está em outros órgãos públicos federais, como o Ministério do Planejamento, Eletronuclear e Caixa Econômica Federal.

Um dos mecanismos que, segundo o MPF, contribuiu para o avanço das investigações da Lava Jato são os **acordos de delação premiada**. Por esse estatuto, os delatores contam o que sabem sobre os crimes, firmando com a Justiça o acordo. Em troca das informações, podem receber benefícios diversos no processo penal, como a redução da pena – que pode ser de um a dois terços –, o cumprimento de pena em regime abrandado (como o semiaberto e o domiciliar) e o perdão judicial pleno ou outros, a critério da Justiça.

Os acordos de leniência são semelhantes aos acordos de delação premiada e **preveem que pessoas jurídicas que assumam atos irregulares colaborem com investigações em troca de redução da punição**. Pelas regras do acordo de leniência, a empresa admite ter cometido ilícitos, acerta o valor de uma indenização, implanta programas de controle interno e fornece informações sobre as irregularidades. Desde o início da Lava Jato, pelo menos 16 empresas firmaram acordos de leniência – nove com o Ministério Público Federal (MPF) e sete com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Lava Jato é a origem de várias outras operações de combate à corrupção que foram deflagradas nos anos posteriores até o presente.



O que é delação premiada

Assunto bastante discutido atualmente no Brasil, em especial após os desdobramentos da Operação Lava Jato, a **delação ou colaboração premiada** é prevista desde 1990, quando a possibilidade de reduzir a pena de um delator passou a fazer parte da Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/1990). Trata-se de um recurso de investigação em que um acusado dá detalhes que possam revelar um esquema criminoso ou prender outros integrantes de uma quadrilha. Atualmente, há várias leis que versam sobre esse instituto.



A essência da delação premiada é a incriminação de terceiros a partir de depoimentos dados por alguém que teve participação e que pode ser um suspeito, um investigado, um indiciado ou réu. Em troca das informações ele pode receber benefícios diversos no processo penal, como a redução de sua pena – que pode ser de um a dois terços –, o cumprimento de pena em regime abrandado (como o semiaberto e o domiciliar), o perdão judicial pleno ou outros, a critério da Justiça.

Mas o recurso só pode ser aplicado em casos específicos de crimes, como os hediondos, de tortura, de tráfico de drogas e de terrorismo, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a ordem tributária e os praticados por organização criminosa. No caso das **empresas jurídicas**, a delação foi incluída na Lei Anticorrupção (Lei 12.846), sancionada por Dilma Rousseff, seguindo tendência de adoção desse mecanismo nos Estados Unidos e em países europeus. Na lei brasileira, a delação premiada é chamada “**acordo de leniência**”.

Quando o acusado vai a julgamento, o juiz avalia se a sua delação de fato colaborou com as investigações. Se ele considera que sim, o réu ganha o benefício acertado; se julgar que o réu mentiu, ele perde o benefício. A proposta de delação premiada parte do Ministério Público, da Polícia Federal ou dos advogados de defesa. Quando aceita, ela é conduzida em sigilo judicial. Esse sigilo pode ou não terminar ao final das investigações e do processo, a critério da Justiça.

3 – PROJETO DE LEI ANTICRIME

Em fevereiro de 2019, o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, apresentou o **Projeto de Lei Anticrime**, um pacote que altera diversas leis brasileiras que tratam de corrupção, crimes graves e crime organizado. É uma série de propostas que, em linhas gerais, endurece as penas de crimes graves e dá mais poderes a policiais, ao Judiciário e ao Ministério Público.

Segundo Moro, o pacote traz mudanças necessárias para adequar a legislação aos tempos atuais, acelerar os processos judiciais e diminuir a impunidade no Brasil.

A redução da violência foi pauta de destaque nas eleições de 2018, além de ser uma das principais bandeiras do presidente eleito Jair Bolsonaro. Pela Constituição, grande parte das atribuições de segurança pública é dever dos governos estaduais — como o controle das Polícias Militares e Cíveis e administração da imensa maioria dos presídios do país.

Vejamos as principais propostas do projeto de lei:

Excludente de Ilícitude

O texto passa a indicar explicitamente que se policiais, durante o trabalho e em situação de risco, matarem ou ferirem alguém para prevenir “injusta e iminente agressão”, eles se encaixam na legítima defesa. Ou seja, não podem ser punidos. Nessas situações, também ficam livres se matarem uma pessoa em caso de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

Hoje, todos os cidadãos são enquadrados nos excludentes de ilicitude, que garantem perdão em casos de legítima defesa, cumprimento do dever legal, entre outras situações. Para os críticos da



proposta, ao criar condições específicas, ela amplia a possibilidade de os policiais matarem sem responder por isso. Esta era uma promessa de Bolsonaro na campanha. Moro disse que “não existe nenhuma licença para matar”.

Prisão após 2ª instância

O projeto determina que seja regra começar a cumprir pena após condenação criminal na segunda instância judicial, antes dos recursos aos tribunais superiores. Hoje, o tema não está explícito na lei, embora as prisões ocorram a partir de um entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Organizações Criminosas

O Projeto de Lei também propõe uma alteração na Lei nº 12.850/2013, que tipifica organizações criminosas. Atualmente, considera-se organização criminosa uma:

“associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais”.

A proposta é de que algumas facções criminosas conhecidas do país sejam adicionadas a essa definição, para que sejam formalmente enquadradas como organizações criminosas:

III – se valham da violência ou da força de intimidação do vínculo associativo para adquirir, de modo direto ou indireto, o controle sobre a atividade criminal ou sobre a atividade econômica, como o Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, Família do Norte, Terceiro Comando Puro, Amigo dos Amigos, Milícias, ou outras associações como localmente denominadas.

“Plea Bargain”

O projeto cria a possibilidade de um acordo entre um suspeito e o Ministério Público, sem que o processo transcorra na Justiça. Antes de ir a julgamento, a pessoa tem de confessar o crime e negociar os termos da pena, apenas para crimes menos graves. O acordo precisa da validação de um juiz e tem inspiração no modelo dos Estados Unidos. Hoje, não há dispositivo equivalente no Brasil. A diferença para a delação premiada é que, no “plea bargain”, o suspeito não tem que relatar nada nem apontar outros envolvidos no crime, ele reconhece ser culpado e negocia a pena.

Caixa Dois

Este tema foi encaminhado em separado, em outro projeto de lei. O texto torna crime passível de prisão a prática de caixa dois, ou seja, receber ou utilizar doações não declaradas à Justiça Eleitoral numa campanha. Hoje, o caixa dois é uma infração eleitoral e raramente punida, apesar de comum.

Caso o projeto seja aprovado, a nova regra vai se encaixar apenas para o caixa dois feito depois de a lei entrar em vigor. Ou seja, quem praticou caixa dois antes disso fica de fora, encaixado na regra anterior.



4 – A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA

O então juiz federal Sérgio Moro determinou, em abril de 2018, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado em duas instâncias da Justiça no **caso do triplex em Guarujá (SP)**. A pena definida pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) é de 12 anos e 1 mês de prisão, com início em regime fechado, por **corrupção passiva** e **lavagem de dinheiro**.

A decisão da 8ª Turma TRF-4 foi unânime. Votaram favoravelmente o relator do processo, João Pedro Gebran Neto, o revisor, Leandro Paulsen e o desembargador Victor dos Santos Laus.

Os desembargadores consideraram em seus votos que: 1) Lula recebeu propina da empreiteira OAS na forma de um apartamento triplex no Guarujá; 2) a propina foi oriunda de um esquema de corrupção na Petrobras; 3) o dinheiro saiu de uma conta da OAS que abastecia o PT em troca de favorecimento da empresa em contratos na Petrobras; 4) embora não tenha havido transferência formal para Lula, o imóvel foi reservado para ele, o que configura tentativa de ocultar o patrimônio (lavagem de dinheiro); 5) embora possa não ter havido "ato de ofício", na forma de contrapartida à empresa, somente a aceitação da promessa de receber vantagem indevida mediante o poder de conceder o benefício à empreiteira já configura corrupção; 6) os fatos investigados na Operação Lava Jato revelam práticas de compra de apoio político de partidos idênticas às do escândalo do mensalão; 7) o juiz Sérgio Moro – cuja imparcialidade era contestada pela defesa – estava apto para julgar o caso.

Lula é o primeiro ex-presidente da República a ser condenado e preso pela Justiça por crime comum.

Apesar disso, não é o único que enfrenta problemas na Justiça. Desde a redemocratização, somente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso não foram alvos de inquéritos ou de denúncias.

O ex-presidente **José Sarney** foi denunciado duas vezes pela Procuradoria Geral da República na Operação Lava Jato, acusado de receber propina de contratos superfaturados da Petrobras e de subsidiárias da estatal, como a Transpetro. Ele nega.

Alvos de impeachment, **Fernando Collor** e **Dilma Rousseff** também foram denunciados pela PGR. Collor, inclusive, já teve denúncia aceita e é réu no STF, acusado de receber propina de mais de R\$ 30 milhões de contratos superfaturados na BR Distribuidora. O ex-presidente e atual senador nega.

Prisões políticas

Antes de Lula, porém, outros ex-presidentes brasileiros foram presos, mas todos por motivos políticos.

O gaúcho **Hermes da Fonseca**, que presidiu o país entre 1910 e 1914, foi preso oito anos depois, em julho de 1922, após se voltar contra uma intervenção federal em Pernambuco, implementada pelo presidente Epitácio Pessoa. Foi libertado em janeiro de 1923 pelo STF.

Único presidente a ser preso durante o mandato, **Washington Luís** foi sucedido por Getúlio Vargas após um golpe de Estado. Vargas foi derrotado da disputa pela Presidência por Júlio Prestes,



candidato indicado por Washington Luís para sucedê-lo. Mas a chapa de Vargas acusou os vencedores de fraude na eleição. Sob pressão política e popular, Washington Luís foi obrigado a deixar a sede do governo e foi detido e levado ao Forte de Copacabana. Foi exilado, e ficou 17 anos fora do país.

Presidente entre 1922 e 1926, **Artur Bernardes** foi preso em 1932 após tentar fazer um levante popular em apoio à Revolução Constitucionalista, que pretendia destituir Getúlio Vargas do poder. Dois meses após ser preso, foi exilado para Portugal.

Último ex-presidente a ser preso antes de Lula, **Juscelino Kubitschek** foi preso em 1968, um ano depois de ter tido o mandato de senador cassado e de ter sido exilado. De volta ao Brasil, foi preso em 13 de dezembro durante a gestão do presidente Costa e Silva. Ficou 9 dias detido em Niterói, quando foi liberado. Ficou mais um mês em prisão domiciliar.

Nova condenação

Em fevereiro de 2019, Lula foi condenado a 12 anos e 11 meses por corrupção e lavagem de dinheiro no processo da **Lava Jato** que apura se ele **recebeu propina por meio da reforma de um sítio em Atibaia (SP)**.

A sentença da juíza substituta Gabriela Hardt, da primeira instância, é a segunda que condena Lula na Operação Lava Jato no Paraná. Cabe recurso. Outras 12 pessoas foram denunciadas no processo. A defesa de Lula recorrerá da decisão, da qual cabe recurso.

Trajetória de Lula

Ex-sindicalista e metalúrgico, Lula iniciou sua trajetória como líder político durante o regime militar. Presidiu o Sindicato dos Metalúrgicos e, em 1980, ao lado de outros líderes, fundou o Partido dos Trabalhadores.

Principal líder da esquerda brasileira, também ajudou a fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e participou do movimento "Diretas Já".

Antes de se eleger presidente, foi derrotado nas eleições de 1989, 1994 e 1998 (por Fernando Collor em 1989 e por FHC em 1994 e 1998).

Em 2002, foi eleito presidente da República com o maior número de votos obtidos por um político até então (mais de 52,4 milhões de votos). Reelegeu-se em 2006 e, ao deixar a Presidência, com 87% de aprovação, um dos maiores índices de um presidente. A popularidade o ajudou a fazer a sucessora, a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2010.



5 – O FORO PRIVILEGIADO

O foro privilegiado – o nome tecnicamente correto é **foro especial por prerrogativa de função** – é um mecanismo pelo qual se altera a competência penal sobre ações contra certas autoridades públicas. Ou seja, uma **ação penal contra uma autoridade pública é julgada por tribunais superiores**, diferentemente de um cidadão comum, julgado pela justiça comum.

Dispõe o artigo 102 da Constituição Federal que o Presidente da República; o Vice; membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores); ministros de Estado; comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; membros de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, embaixadores e o Procurador-Geral da República serão julgados pelo STF no caso de cometimento de **crimes comuns** (aqueles previstos no código penal).

Outros exemplos de autoridades abrangidas pelo foro privilegiado são os Governadores, desembargadores dos tribunais de justiça, membros de Tribunais de Contas estaduais e municipais e membros de Tribunais Regionais que são julgados, em crimes comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O rol é grande, prefeitos, juízes, Procuradores da República, membros do Ministério Público e vereadores também têm a prerrogativa de serem julgados por tribunais em crimes comuns.

As regras atuais de aplicação do foro seguem a Constituição de 1988, que expandiu a quantidade de cargos beneficiados pela proteção jurídica. Estudo da Consultoria Legislativa do Senado Federal concluiu que 54.990 autoridades dos três poderes, ligadas aos três entes federados, possuem a prerrogativa de foro.

O argumento para que certas autoridades tenham o foro privilegiado é a **necessidade de se proteger o exercício da função ou do mandato público**. Como é de interesse público que ninguém seja perseguido pela justiça por estar em determinada função pública, então considera-se melhor que algumas autoridades sejam julgadas pelos órgãos superiores da justiça, tidos como mais independentes.

É importante ressaltar também que **o foro protege a função, e não a pessoa**. Justamente por essa lógica, qualquer autoridade pública deixa de ter direito a foro especial assim que deixa sua função pública (ex-deputados não possuem foro especial, por exemplo).

O foro privilegiado não é uma exclusividade do Brasil. Existem outros países que adotam sistemas parecidos, como Portugal, Espanha, Argentina e Colômbia. Mas é possível afirmar que em nenhum outro país essa prerrogativa é estendida a tantos indivíduos quanto no Brasil (ao menos se analisarmos a constituição de cada país).

Por que o foro passou a ser contestado

Com o avanço de investigações e denúncias contra políticos por corrupção, sobretudo no âmbito da operação Lava Jato, o foro privilegiado passou a ser associado a uma espécie de “escudo jurídico” para os investigados. A crítica se fundamenta na lentidão da tramitação de processos nos



tribunais e da falta de uma estrutura adequada para conduzir ações penais, o que aumentaria as chances de impunidade.

A diferença no ritmo dos julgamentos de primeira instância e do Supremo é grande. Os juízes Sergio Moro e Marcelo Bretas, responsáveis pela Lava Jato em Curitiba e no Rio, respectivamente, já condenaram 144 pessoas sem foro privilegiado.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, ainda não havia julgado nenhuma das denúncias sob sua responsabilidade. Ou seja, dos denunciados que possuem foro privilegiado, nenhum foi condenado (ou absolvido) até agora.

Levantamento feito pela revista Exame em 2015 revelou que, de 500 parlamentares que foram alvo de investigação ou de ação penal, entre 1988 a 2015, ou seja, em 27 anos, **apenas 16 foram condenados**. Desses, 8 foram presos (apenas um esteve preso até 2016). Os demais ou recorreram, ou contaram com a prescrição para se livrar das ações penais.

A lentidão do Supremo também se deve à carga de processos. O tribunal julga cerca de 100 mil casos ao ano. Para efeito de comparação, a Suprema Corte dos Estados Unidos, análoga ao STF, julga apenas 100 casos anualmente.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) demonstra que o tribunal demora, em média, 565 dias para decidir se aceita ou recusa denúncias feitas pelo Ministério Público contra investigados. Além disso, 68% das ações contra pessoas com foro privilegiado no Supremo prescrevem ou são enviadas a instâncias inferiores (quando o acusado perde o foro).

O fim do foro privilegiado

Em maio de 2018, o STF decidiu **que só terá o direito de ser investigado e/ou julgado diretamente pela Corte o deputado federal e senador for suspeito ou acusado de crime cometido durante o mandato em vigor e relacionado ao exercício do mandato**. Um deputado acusado de agressão doméstica, por exemplo, não será mais julgado pelo Supremo, pois o crime não tem relação com o mandato. Um senador que seja acusado de um crime anterior à posse no Congresso, por exemplo, também não será mais julgado pelo Supremo.

O Supremo decidiu ainda que se uma ação já estiver em fase adiantada, após a fase de coleta de provas, ela não descenderá para a primeira instância. Seria uma forma de evitar que um parlamentar renuncie ao mandato apenas para atrasar uma sentença.

O ministro Luís Roberto Barroso foi o autor e relator da proposta sobre a limitação do foro privilegiado.

O foro privilegiado também está em discussão no Congresso Nacional. Em 31 de maio de 2017, o **Senado Federal** aprovou em segundo turno uma **Proposta de Emenda à Constituição (PEC)** que determina o **fim do foro privilegiado no caso de crimes comuns** (crimes de corrupção se encaixam nessa definição).

O texto determina o fim do foro para deputados, senadores, ministros de Estado, governadores, prefeitos, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes das Forças Armadas, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais,



membros do Ministério Público, procurador-geral da República e membros dos conselhos de Justiça e do Ministério Público.

Continuariam com foro privilegiado no caso de crimes comuns apenas o presidente e o vice-presidente da República, o chefe do Judiciário, e os presidentes da Câmara e do Senado. A proposta também proíbe que constituições estaduais criem novas categorias de foro privilegiado, como ocorre hoje.

Se sancionada, a emenda fará com que parlamentares brasileiros sejam julgados na justiça comum, começando pela primeira instância, até chegar aos tribunais superiores.

Em dezembro de 2018, a PEC teve seu parecer aprovado em comissão especial na Câmara dos Deputados. Agora precisa ser aprovada em mais duas votações no plenário da casa. Em ambas as votações, pelo menos 308 deputados precisam ser favoráveis para a aprovação definitiva. Caso sofra modificações terá que voltar ao Senado Federal.

6 – ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL

Nas eleições de 2018, os eleitores votaram para Presidente da República, Governadores, Deputados Federais e Senadores (2/3 da bancada de cada estado). O 1º turno das eleições foi realizado no dia 07 de outubro e o 2º turno no dia 28 de outubro.

Treze candidatos concorreram ao cargo de Presidente da República, o maior número desde a eleição de 1989, a primeira após a redemocratização, que teve 22 candidatos.

A disputa para Presidente e para governador em 13 estados e no Distrito Federal foi para o segundo turno. **Jair Bolsonaro**, do Partido Social Liberal - PSL, que competia com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores - PT, saiu vencedor. Veja, no quadro abaixo, o resultado do segundo turno:



Jair Bolsonaro
PSL **ELEITO**

55,13%

57.797.847 votos



Fernando Haddad
PT

44,87%

47.040.906 votos

TOTAL
115.933.451

VÁLIDOS
104.838.753 (90,43%)

BRANCOS
2.486.593 (2,14%)

NULOS
8.608.105 (7,43%)

ABSTENÇÕES
31.371.704 (21,30%)



O vice-presidente eleito na chapa de Jair Bolsonaro é o general da reserva do Exército Brasileiro, Antônio **Hamilton** Martins **Mourão**.

Foi a oitava eleição presidencial por meio do voto direto desde a redemocratização. **O resultado do primeiro turno quebrou a polarização entre PT e PSDB na eleição presidencial.** Nas últimas seis eleições, os dois primeiros colocados foram dos dois partidos, com duas vitórias do PSDB (1994 e 1998) e quatro do PT (2002, 2006, 2010 e 2014).

A corrida ao Planalto deste ano foi marcada por dois fatos que podem ter influenciado até mesmo o desempenho de outras candidaturas. O primeiro deles foi a rejeição do registro da candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O PT substituiu o ex-presidente por Fernando Haddad como candidato à presidente. O segundo foi a tentativa de assassinato de Jair Bolsonaro, que levou uma facada durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG), em 06/09/2018 e ficou 23 dias internado.

Não houve debates entre os dois candidatos no segundo turno. Em função da sua recuperação após o ataque sofrido, os médicos que cuidavam de Jair Bolsonaro vetaram a sua participação em debates. Posteriormente, a sua participação foi liberada pelos médicos, mais Jair Bolsonaro decidiu não participar, pois alegou que ainda estava em recuperação da sua saúde.

Quase 30 milhões de eleitores não compareceram às urnas no primeiro turno, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O nível de abstenção, de 20,3%, é o mais alto desde as eleições de 1998, quando 21,5% do eleitorado não votou.

Esta eleição teve algumas regras diferentes em relação às eleições anteriores, como a vedação do financiamento empresarial aos candidatos e uma campanha eleitoral com período menor. A internet ganhou mais espaço nas eleições com a liberação da arrecadação por ferramentas de financiamento coletivo (conhecidas também como vaquinhas).

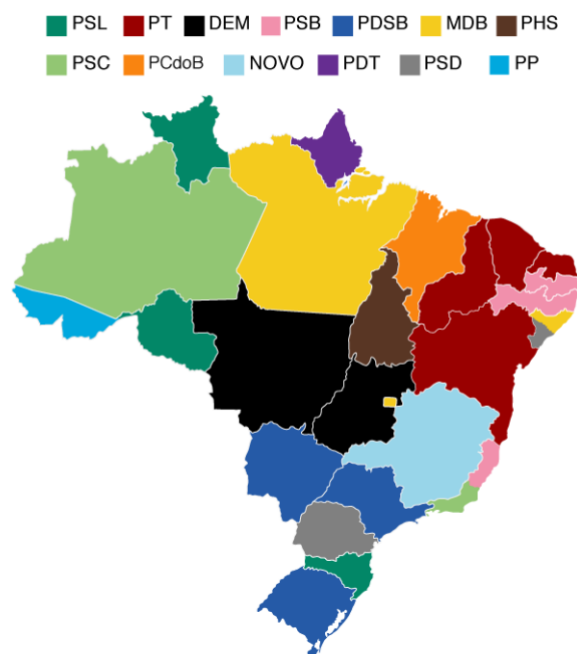
Por outro lado, a grande quantidade de fake news (notícias falsas) difundidas na rede foi motivo de preocupação.

Governos Estaduais

O PT é o partido que governará mais estados, quatro. Treze partidos governarão os demais estados a partir de 2019. Veja a seguir:



Os partidos que governarão os Estados brasileiros



ACRE Gladson Cameli PP	ALAGOAS Renan Filho MDB	AMAZONAS Wilson Lima PSC
AMAPÁ Waldez Góes PDT	BAHIA Rui Costa PT	CEARÁ Camilo Santana PT
DISTRITO FEDERAL Ibaneis Rocha MDB	ESPÍRITO SANTO Renato Casagrande PSB	GOIÁS Ronaldo Caiado DEM
MARANHÃO Flávio Dino PCdoB	MINAS GERAIS Romeu Zema Novo	MATO GROSSO DO SUL Reinaldo Azambuja PSDB
MATO GROSSO Mauro Mendes DEM	PARÁ Helder Barbalho MDB	PARAÍBA João Azevêdo PSB
PERNAMBUCO Paulo Câmara PSB	PIAUÍ Wellington Dias PT	PARANÁ Ratinho Junior PSD
RIO DE JANEIRO Wilson Witzel PSC	RIO GRANDE DO NORTE Fátima Bezerra PT	RIO GRANDE DO SUL Eduardo Leite PSDB
RONDÔNIA Coronel Marcos Rocha PSL	RORAIMA Antonio Denarium PSL	SANTA CATARINA Comandante Moisés PSL
SÃO PAULO João Doria PSDB	SERGIPE Belivaldo Chagas PSD	TOCANTINS Mauro Carlesse PHS

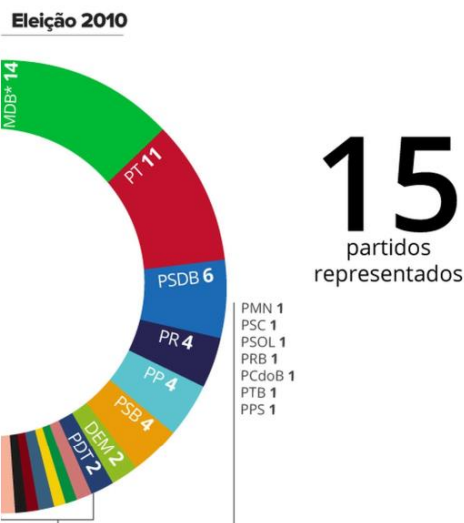
Congresso Nacional

Na disputa parlamentar, foi notória a grande renovação tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado Federal.

Senado Federal

Apenas oito das 54 vagas serão ocupadas por candidatos que se candidataram à reeleição. **MDB, com sete, Rede e PP, com cinco, são os partidos que mais elegeram senadores nas eleições deste ano.**

Vinte partidos elegeram senadores em 2018. Em 2014 foram 15. Com o resultado de 2018, 21 partidos estarão representados no Senado. Veja a seguir:



** Nas eleições, o Senado é renovado parcialmente a cada quatro anos - 1/3 (27 cadeiras) ou 2/3 (54 cadeiras) da Casa.

Infográfico elaborado em: 07/10/2018



** O cálculo considera os partidos de Mailza Gomes (PSDB) e Luiz Carlos do Carmo (MDB), suplentes de Gladson Cameli e Ronaldo Caiado, respectivamente.

Infográfico elaborado em: 08/10/2018

Câmara dos Deputados

A renovação foi de 53%. Menos da metade dos deputados conseguiu se reeleger, ou seja 240 dos 513. As maiores bancadas serão do PT e PSL. A bancada do PT encolheu de 69 para 56 deputados, e o PSL passou de 1 para 52 deputados.

O PSL foi a legenda que mais ganhou cadeiras na comparação do resultado de 2014 com o de 2018. Depois do PSL, os partidos PDT, PRB e DEM foram os que mais aumentaram o número de cadeiras na comparação com 2014.

O MDB foi o partido que mais perdeu cadeiras: caiu de 66 eleitos em 2014 para 34 eleitos em 2018. O PSDB, que foi a 3ª maior bancada eleita em 2014, caiu para 9ª em 2018.

A partir de 2019, **a composição da Câmara contará com representantes de 30 partidos, um recorde desde a redemocratização.** Atualmente, 25 partidos estão representados na Casa. Nas eleições de 2014, eram 28 partidos. Veja a seguir:



Cláusula de barreira

A cláusula de barreira passou a valer, de forma progressiva, a partir destas eleições. O mecanismo tem como objetivo reduzir os partidos com pouca representação na Câmara dos Deputados. Os partidos que não superaram a cláusula de barreira ficarão sem receber recursos financeiros do fundo partidário e não terão acesso ao horário eleitoral gratuito no rádio e na TV.

Os partidos que não superaram a cláusula de barreira são a Rede Sustentabilidade (da candidata a presidente Marina Silva), o Patriota (do candidato a presidente Cabo Daciolo), a DC (do candidato a presidente José Maria Eymael), o PCdoB (de Manoela D'ávila, vice de Haddad), o PPL (do candidato a presidente João Goulart Filho), o PRTB (do vice-presidente eleito Hamilton Mourão), mais o PHS, PCB, PCO, PMB, PMN, PRP, PSTU e PTC.

Mulheres no Legislativo

O número de mulheres eleitas se manteve no Senado Federal, em comparação com a eleição de 2010, mas aumentou na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas, em comparação com a eleição de 2014. Na Câmara, o aumento foi de 51%. Ainda assim, elas serão apenas 15% do total de deputados federais. Na população, a cada 10 pessoas, 5 são do sexo feminino.

Campeões de votos

Com 2.031.829 votos, **Janaína Paschoal (PSL-SP)** foi a deputada estadual mais votada da história. Ela teve mais votos do que 10 dos 13 governadores eleitos no primeiro turno e do que candidatos à Presidência



como Henrique Meirelles (MDB) e Marina Silva (Rede). Janaína é uma das autoras do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Com 1.843.735 votos, **Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)** foi o deputado federal mais votado da história do Brasil.

Mandatos Coletivos

Outra novidade foi a eleição de “mandatos coletivos”: a **Bancada Ativista**, em São Paulo e o **Juntas**, em Pernambuco, para as Assembleias Legislativas. Os dois coletivos registraram candidaturas pelo PSOL. Como a legislação eleitoral obriga que o mandato tenha um único nome, a diplomação será de apenas um representante dos grupos. Em São Paulo, o mandato será exercido pela jornalista Mônica Seixas. Em Pernambuco, a deputada será a ambulante Jô Cavalcanti.

Os mandatos coletivos são pessoas que se reúnem informalmente em torno de uma única candidatura e se apresentarão aos eleitores como uma espécie de comitê que cuidará de um mesmo mandato - uma alternativa de atuação política pensada para dar voz a quem não se vê representado pelo sistema atual.

De acordo com Fernando Schuler, cientista político do Insper, os mandatos coletivos como os propostos pelo Juntas e Bancada Ativista são acertos de natureza privada que não têm respaldo na Legislação Eleitoral. Trata-se de uma estratégia de gestão política adotada pelo representante eleito. “Quando o eleitor vota, ele vota no candidato ou na candidata. Não existe voto coletivo no Brasil”, afirma Schuler. “O que tem é um mandato cujo representante se compromete a compartilhar decisões com outras pessoas”, acrescenta.

Deputada Trans

Erica Malunguinho da Silva, do PSOL, é a primeira pessoa transgênera a ser eleita deputada estadual, no estado de São Paulo.

7 – OS TRINTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

O ano de 2018 marca o trigésimo aniversário da atual Constituição brasileira. A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Naquela época, o cenário era de abertura política. O Brasil acabara de sair do Regime Militar (1964-1984) e a sociedade brasileira buscava criar uma nova Constituição para assegurar a liberdade de pensamento e mecanismos para evitar abusos de poder do Estado.

A Constituição anterior havia sido promulgada em 1967. Ela é considerada a mais autoritária das constituições brasileiras por reunir medidas como a eleição indireta para presidente da República, a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão, a censura da imprensa e o poder



absoluto para o presidente fechar o Congresso Nacional. Havia um consenso de que essas leis precisavam ser removidas.

Com a promessa de promover a democracia após duas décadas de ditadura, a construção de uma nova Constituição trilhou um longo caminho. Respondendo a uma pressão popular, uma Assembleia Nacional Constituinte foi convocada pelo presidente José Sarney para debater e encaminhar as sugestões de leis.

Comandada pelo deputado Ulysses Guimarães, a Assembleia Nacional Constituinte foi instalada em 1987 e era formada por deputados e senadores escolhidos entre seus colegas por meio do voto. A sociedade também teve um maior protagonismo nesse processo político, com o objetivo de retomar a participação do povo nas decisões políticas.

Além dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cidadãos e entidades representativas (associações, sindicatos e movimentos sociais) puderam discutir os princípios gerais que deveriam nortear a constituição e encaminhar suas sugestões para a nova Carta. Foi a primeira vez que emendas populares (alterações nas leis) foram permitidas em uma constituinte brasileira e que se realizaram audiências e consultas públicas no Congresso.

A nova Carta entrou em vigor no dia 5 de outubro de 1988.

A volta da democracia

“Todo poder emana do povo, que o exerce através de seus representantes ou diretamente na forma da lei”. O primeiro artigo da Constituição de 1988 consagra os princípios da democracia representativa e define o Legislativo, o Executivo e o Judiciário como os Poderes da União.

O Brasil continuaria a ser uma República presidencialista, mas teria de volta as eleições livres e diretas para presidente da República, governador, prefeito, deputado, senador e vereador. As Forças Armadas poderiam garantir a “ordem interna”, desde que solicitadas pelos poderes constituídos. O texto também acabou com a censura à Imprensa e obras artísticas e estabeleceu o direito à liberdade de expressão.

No campo da Justiça, o Poder Judiciário voltou a ter maior protagonismo. A Constituição previu ainda diversos mecanismos como o Habeas corpus (a imediata soltura de alguém que esteja preso ilegalmente), o mandato de segurança (suspensão de ordens administrativas consideradas ilegais ou arbitrárias) e as ações populares (atos que qualquer cidadão pode propor).

A Constituição Cidadã

A Constituição de 1988 foi definida pelo Ulysses Guimarães como “Constituição cidadã” porque amplia os direitos e garantias individuais em várias áreas. Além disso, contou com a participação efetiva da população. Por esses motivos, especialistas a consideram a mais democrática de nossa história e uma das mais progressistas do planeta.

Movida pelo ideal de igualdade, a partir da nova Carta Magna, todos os brasileiros se tornaram iguais perante a lei e têm direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. Entre os



princípios fundamentais da República, estão a cidadania e a dignidade da pessoa humana. O documento garantiu ainda o acesso universal à educação, à saúde e à cultura.

O documento assinalou o direito dos analfabetos ao voto e permitiu o voto de jovens a partir de 16 anos. Ele trouxe ainda novas conquistas de direitos humanos e para grupos como crianças, jovens, idosos, mulheres, negros, índios e pessoas com deficiência.

Para garantir a qualidade de vida, foi determinado que o Estado deveria prover serviços, programas e ações em benefício da população. Na Saúde, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS). A Educação foi considerada como dever do Estado e foi ampliada a educação rural.

Foram estabelecidos mais direitos trabalhistas e foi feita a reforma do sistema tributário. O direito do consumidor também foi reconhecido, assim como a importância da biodiversidade e da preservação do Meio Ambiente. A Constituição de 1988 trouxe uma estabilidade política ao país e entrou para a história por causa do resgate da democracia e dos grandes avanços na conquista da cidadania. De 1988 para cá, o documento sofreu diversas alterações, refletindo as novas demandas do Brasil. Até dezembro de 2017, foram acrescentadas 104 emendas.

8 – BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Lei nº 13.415/2017, conhecida como Lei da Reforma do Ensino Médio, alterou artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Lei do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), implementando um conjunto de novas diretrizes para o ensino médio. A norma instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escola de Ensino Médio em Tempo Integral.

Conforme a lei, o currículo do ensino médio deve ser 60% preenchido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os 40% restantes serão destinados aos chamados itinerários formativos, em que o estudante poderá escolher entre cinco áreas de estudo que são: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

Os alunos poderão escolher a área na qual vão se aprofundar já no início do ensino médio. As escolas não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos.

O ensino de português e de matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio. Também será compulsório o ensino de inglês, artes, educação física, filosofia e sociologia.

Antes da reforma, as escolas podiam escolher se a língua estrangeira ensinada aos alunos seria o inglês ou o espanhol. Agora, se a escola só oferece uma língua estrangeira, essa língua deve ser obrigatoriamente o inglês. Se ela oferece mais de uma língua estrangeira, a segunda língua, preferencialmente, deve ser o espanhol, mas isso não é obrigatório.

Outro objetivo da reforma é incentivar o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas



na educação básica (incluindo os ensinos infantil, fundamental e médio) estejam no ensino de tempo integral.

No ensino médio, a carga deve agora ser ampliada progressivamente até atingir 1,4 mil horas anuais. Atualmente, o total é de 800 horas por ano, de acordo com o MEC. No texto final, os senadores incluíram uma meta intermediária: no prazo máximo de 5 anos, todas as escolas de ensino médio do Brasil devem ter carga horária anual de pelo menos mil horas. Não há previsão de sanções para gestores que não cumprirem a meta.

As mudanças, para entrarem em vigor, dependiam da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** que é um documento de caráter normativo que serve para nortear os currículos e propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de ensino básico. Ela define o conteúdo mínimo que os estudantes de todo o Brasil deverão aprender em sala de aula.

Em dezembro de 2018, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a BNCC para o ensino médio. Devido ao seu caráter normativo, a base não precisou passar por votação no Congresso e sanção presidencial. Precisava ser homologada pelo Ministro da Educação, o que também ocorreu em dezembro de 2018.

A Base incorporou as mudanças da Lei da Reforma do Ensino Médio, como a obrigatoriedade de se ensinar matemática e português nos três anos escolares dessa etapa da educação. As demais disciplinas, obrigatórias ou facultativas, poderão ser ensinadas de forma concentrada em um ano ou em dois ou distribuídas ao longo dos três anos escolares.

A BNCC do ensino médio deve ser implementada em cada estado conforme as realidades locais, mas a previsão é que as mudanças estejam em vigor no início do ano letivo de 2020. Porém, os currículos estaduais podem ser adaptados e implementados até o início das aulas de 2022.

O documento foi aprovado em meio à diversos protestos de professores, que eram contrários ao texto apresentado pelo Ministério da Educação. Algumas das cinco audiências públicas previstas pelo CNE entre maio e agosto nas cinco regiões brasileiras chegaram a ser canceladas após protestos, como foi o caso do evento que aconteceria em São Paulo.

Em dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação já tinha aprovado a BNCC dos ensinos infantil e fundamental, que foi homologada no mesmo mês pelo Ministério da Educação.

9 – A EDUCAÇÃO DOMICILIAR

A educação domiciliar ou *homeschooling* consiste na prática pela qual os próprios pais ou responsáveis assumem a responsabilidade direta pela educação formal dos filhos, que é feita em casa. As aulas podem ser ministradas por eles ou por professores particulares contratados com o auxílio de materiais didáticos e pedagógicos.

A educação domiciliar é um fenômeno emergente e crescente. Mais de 60 países permitem ou ao menos não proíbem o ensino domiciliar, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Nova Zelândia, França, Portugal, Bélgica, Irlanda, Finlândia, entre outros. Outros proíbem essa prática, como é o caso da Alemanha, Espanha, Grécia e Suécia.



No Brasil, o assunto é pauta antiga e recorrente no Congresso Nacional. O tema foi submetido à Câmara dos Deputados pela primeira vez em 1994, quando o Deputado João Teixeira apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 4.657, autorizando a “prática do ensino domiciliar de 1º grau”. Posteriormente, outras proposições legislativas foram apresentadas, mas foram todas arquivadas.

Contudo, não foi apenas o Congresso Nacional que se debruçou sobre essa pauta. A educação domiciliar foi apreciada pelo STF em setembro de 2018 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 888.815 contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que negou o pleito de uma criança de 11 anos, representada por seus pais, de ser educada em regime domiciliar.

Na ocasião, a maioria dos ministros decidiu que a educação domiciliar exigiria a aprovação de uma lei específica que regulamentasse a avaliação do aprendizado e tratasse da socialização das crianças.

No dia 11 de abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro assinou um projeto de lei que regula a educação domiciliar de crianças e adolescentes. Agora, o projeto precisa tramitar no Congresso Nacional antes de se transformar em lei.

O projeto de lei assinado altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Segundo dados da Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), a estimativa é que, atualmente, 7,5 mil famílias brasileiras pratiquem a modalidade, atingindo cerca de 15 mil estudantes. Apesar disso, os números não são muito exatos porque não existe um cadastro nacional. Atualmente, a educação domiciliar é considerada ilegal no Brasil.

No artigo 205, a Constituição trata a educação como um “direito de todos e dever do Estado e da família”, a ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. O objetivo é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que os menores tenham “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”. Assim, deixar de matricular crianças na escola poderia ser interpretado como abandono intelectual.

O que prevê o projeto apresentado pelo governo?

Existem diversas novas regras previstas no projeto de lei. A maioria delas diz respeito aos aspectos didáticos e pedagógicos da educação, além de questões burocráticas.

- **Cadastro das famílias:** a opção pela Educação Domiciliar deverá ser efetuada, formalmente, por meio de uma plataforma virtual do Ministério da Educação (MEC), a ser criada no prazo de até 150 dias, contados da data de publicação da lei. O processo de cadastramento, que deverá ser feito preferencialmente de dezembro a fevereiro, observará regulamento específico, deverá ser instruído no mínimo com:
 - documentação de identificação do estudante, na qual conste informação sobre filiação ou responsabilidade legal;
 - documentação comprobatória de residência;



- termo de responsabilização pela opção de educação domiciliar assinado pelos pais ou pelos responsáveis legais;
 - certidões criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual ou Distrital;
 - plano pedagógico individual, proposto pelos pais ou pelos responsáveis legais;
 - caderneta de vacinação atualizada.
- **Plano pedagógico:** Todos os anos, os pais deverão apresentar um plano pedagógico individual para cada filho, correspondente ao ano letivo em questão;
 - **Registro de atividades:** Os pais deverão manter um "registro periódico das atividades pedagógicas do estudante", com normas a serem definidas pelo MEC e que farão parte da supervisão do ensino domiciliar;
 - **Avaliação durante o ano:** As escolas públicas ou privadas terão o direito de oferecer "avaliações formativas" ao longo do ano letivo aos estudantes. Nesse caso, os pais podem escolher se vão ou não submeter os filhos a essas provas. Mas o projeto prevê que os pais devem monitorar de forma permanente o desenvolvimento do estudante;
 - **Avaliação oficial:** Todos os anos, a partir do 2º ano do ensino fundamental, os estudantes dessa modalidade deverão obrigatoriamente realizar uma avaliação feita pelo MEC, com direito a uma prova de recuperação em caso de resultado insatisfatório. Se o aluno for reprovado em dois anos consecutivos, ou três anos não consecutivos, os pais perdem o direito à opção pela educação domiciliar;
 - **Isonomia:** Crianças e adolescentes que estudam em casa terão o direito assegurado de participar de concursos, competições e avaliações nacionais e internacionais, mesmo os que exigem "comprovação de matrícula na educação escolar como requisito para a participação".

O PL veda a opção pela educação domiciliar nas hipóteses em que o responsável legal direto estiver cumprindo pena pelos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Maria da Penha, na Lei de Drogas, na Lei de Crimes hediondos ou crimes contra a liberdade sexual previstos no Código Penal.

Por fim, o PL dispõe que o exercício do direito à opção pela educação domiciliar poderá ser perdido quando o estudante for reprovado, em dois anos consecutivos, nas avaliações anuais e nas provas de recuperação; for reprovado, em três anos não consecutivos, nas avaliações anuais e nas recuperações; quando o aluno injustificadamente não comparecer à avaliação anual; ou enquanto não for renovado o cadastramento anual na plataforma virtual.

O que dizem os favoráveis à educação domiciliar

Como a prática é motivada por diferentes fatores, há diferentes argumentos entre os grupos favoráveis. Alguns manifestam preocupação com assédio moral, bullying, insegurança nas escolas, ou também de dificuldade da escola em integrar a criança com deficiência ou pela dificuldade de adaptação da criança ao processo escolar, e colocam que o ambiente familiar proporcionaria maior segurança e menor sofrimento emocional ou mesmo físico. Há ainda os que buscam resguardar as crianças moralmente da escola por questões religiosas ou crenças pessoais.



Outras famílias alegam insatisfação com o ambiente escolar e acreditam que em casa poderiam proporcionar melhores resultados acadêmicos por meio da maior flexibilidade ao tempo, planejamento de conteúdos e acompanhamento individual, maior atenção aos problemas de aprendizagem e acompanhamento do desenvolvimento escolar mais próximo.

O que dizem os críticos à educação domiciliar

As principais críticas ao método são sobre a possibilidade de a criança ter uma socialização mais restrita e não ter acesso a outras formas de ver o mundo. A convivência social com grupos variados e interação com opiniões diferentes proporcionada pelo ambiente escolar é de grande importância e não é necessariamente garantida pelos responsáveis que optam pelo *homeschooling*. Competências como falar em público, trabalhar colaborativamente e empatia para lidar com pontos de vista conflitantes também seriam prejudicadas na modalidade.

Outras dizem respeito à proteção dos menores, já que a escola geralmente identifica comportamentos de risco dentro dos ambientes familiares, como abuso sexual, violência doméstica e exploração.

10 – MAIS MÉDICOS

O Mais Médicos é um programa do Governo Federal, criado em 2013, por meio da Lei nº 12.871/2013, com o objetivo de suprir a carência de médicos em áreas onde estavam faltando profissionais e em localidades remotas, como nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil.

O programa também promove a abertura de novas vagas em cursos de medicina já existentes, de novos cursos de medicina, e de residências médicas pelo interior do país com o objetivo de evitar uma possível dependência de profissionais de outras regiões e de fixar os médicos nesses locais onde a oferta de médicos é menor. Do total de vagas criadas para essas categorias, 73% estão em cidades fora das capitais. Segundo informação a Folha de S. Paulo, até 2017 a meta havia sido superada, com a criação de 13.624 novas vagas. Entretanto, os resultados práticos são incertos, pois boa parte dos profissionais costuma migrar para os centros urbanos após sua formação.

A prioridade no acesso às vagas do Mais Médicos segue a seguinte ordem:

Médicos formados em instituições de educação superior brasileiras ou com diploma revalidado no Brasil;

Médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para o exercício da medicina no país em que atuam; e

Médicos estrangeiros com habilitação para o exercício da medicina no exterior.

Após todas essas etapas, as vagas remanescentes são disponibilizadas para preenchimento por meio de cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), que é o meio pelo qual os médicos cubanos foram contratados.



Na primeira etapa do programa houve pouco interesse de médicos brasileiros, o que levou o Governo Federal a contratar médicos estrangeiros, a maioria cubanos. No início de novembro de 2018, dos 16.150 médicos do programa, 8.332 vieram de Cuba, segundo dados do Ministério da Saúde, o que equivalia a 51,6% dos profissionais.

Médicos formados no exterior, sejam brasileiros ou estrangeiros, precisam passar por um exame para atuar em solo nacional - o Revalida. Esse exame, aplicado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), garante ao profissional o direito de atuar profissionalmente no Brasil, desde que aprovado.

Para o Mais Médicos, entretanto, o Governo Federal dispensou do exame os participantes do programa, sob o argumento de que os profissionais atuam especificamente no programa, posição essa que foi considerada legal pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento no ano de 2017. A dispensa do exame de validação gerou críticas das organizações de classe, que apontavam possível despreparo dos que vieram de fora.

A dispensa do Revalida também foi alvo de críticas contundentes por parte de Jair Bolsonaro, que, em declarações antes de ser eleito, afirmou que usaria a exigência do Revalida para "enviar os médicos de volta para a ilha", em referência aos cubanos. Em seu programa de governo, o presidente eleito também citou o Revalida como pressuposto para que permanecessem no Brasil.

Bolsonaro também teceu críticas ao modelo de remuneração dos médicos cubanos pelo programa. O contrato dos médicos cubanos foi realizado por meio da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), um braço da OMS (Organização Mundial de Saúde). O contrato definia que o Brasil repassasse uma quantia específica por profissional à entidade (cerca de R\$ 11.500 em novembro de 2018), que, por sua vez, repassava o dinheiro ao governo cubano. Do valor mensal da bolsa, os médicos cubanos recebiam menos, cerca de um quarto do valor. O restante do valor ficava com o governo de Cuba. Em seu programa de governo, Bolsonaro afirmou que, caso passassem no Revalida, médicos cubanos passariam a "receber integralmente o valor que lhes era roubado pelos ditadores de Cuba". Diga-se de passagem, que esta crítica quanto ao valor que os médicos cubanos recebem foi feita por várias entidades, políticos etc.

Em reação às declarações de Jair Bolsonaro, o governo cubano anunciou, em 14 de novembro, a sua **retirada completa** até o dia 25 de dezembro de 2018, do programa Mais Médicos.

Com a saída dos profissionais cubanos do Mais Médicos, cerca de 600 municípios brasileiros poderiam ficar sem nenhum médico da rede pública a partir do dia 25 de dezembro, segundo o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Para suprir a falta de médicos, o Governo Federal abriu, em novembro, um novo edital de contratação para o Mais Médicos com cerca de 8,5 mil vagas. As vagas, abertas para substituir os médicos cubanos, são para profissionais brasileiros e estrangeiros com registro nos Conselhos Regionais de Medicina (CRMs) do Brasil.



11 – O BRASIL E A QUESTÃO MIGRATÓRIA

O número de estrangeiros que vivem no Brasil cresceu no século XXI. Contribui para isso as ações da diplomacia brasileira de acolher migrantes vítimas de catástrofes naturais ou que fogem de guerras. Contudo, o principal fator é a maior visibilidade brasileira ao redor do planeta. País emergente, uma das maiores economias do mundo, que sediou grandes eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Os maiores contingentes de imigrantes são do Haiti, da Venezuela e da Bolívia. Além dos latino-americanos, desses e de outros países, aumentou também o número de asiáticos e africanos, principalmente de países como Síria, Senegal, Nigéria e Gana. Os sírios chegam ao Brasil com o status de refugiados, fugindo da guerra civil do seu país.

Apenas 0,4% de todos os habitantes do Brasil são estrangeiros. Essa é uma proporção bem pequena, principalmente quando comparada com a média mundial dos países em desenvolvimento, que é de 1,7%.

Na Argentina, por exemplo, quase 5% da população não nasceu no país. No Chile (2,7%) e no Paraguai (2,4%), a concentração também é maior. Há mais brasileiros vivendo no exterior do que nascidos no estrangeiro vivendo no país. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), mais de 3 milhões de brasileiros vivem fora do país - quatro vezes o número de estrangeiros aqui.



Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1920, 1 em cada 20 pessoas (5%) no país era estrangeira - recorde da nossa história recente. Nessa época, consolidava-se no país a presença de comunidades alemãs e italianas.

O contingente estrangeiro no país foi caindo, ao mesmo tempo em que a população nativa crescia. No Censo 2000, registraram-se 431 mil imigrantes para uma população de 190 milhões de habitantes. A trajetória dessa curva se alterou a partir de 2010, com a chegada de bolivianos, haitianos e, mais recentemente, sírios e venezuelanos - ainda assim, o país se mantém muito abaixo das proporções migratórias vistas ao resto do mundo.

Para Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas, o Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a

ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso, de maneira alguma, deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes.

Nova lei da migração no Brasil

A Lei nº 13.445/2017 – nova lei da migração – substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980. A antiga lei adotava uma postura de segurança nacional e de criminalização do estrangeiro.

Principais pontos da nova lei:

- Paradigma central = proteção de direitos humanos na temática das migrações, como decorrência da proteção constitucional da dignidade da pessoa humana.
- Ao migrante é garantida, assim como aos nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-lhe também os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos.
- Regularização migratória passa a ser a regra.
- Facilita a obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;
- Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;
- Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e sindicatos;
- Diferente do Estatuto do Estrangeiro, a lei também trata dos brasileiros que vivem no exterior; e
- A nova lei repudia expressamente a discriminação e a xenofobia.

A crise na Venezuela e a imigração para o Brasil

O atual êxodo de venezuelanos gerou a maior crise migratória desta natureza na história recente da América Latina. De acordo com as Nações Unidas, entre 2015 e 2018, três milhões de venezuelanos deixaram seu país.

A América Latina é a região que mais recebeu esses migrantes, totalizando 2,4 milhões. Destes, mais de 1 milhão foram para a Colômbia, 500 mil para o Peru, 220 mil para o Equador, 130 mil para a Argentina, 100 mil para o Chile, 94 mil para o Panamá, e 85 mil para o Brasil (ONU/dezembro de 2018).

A Venezuela vive um cenário sem perspectivas. A crise política, econômica e social só se agrava no país governado pelo presidente Nicolás Maduro.

Os venezuelanos têm deixado o seu país por diferentes motivos. A grave escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos torna extremamente difícil para muitas famílias ter acesso a cuidados básicos de saúde e garantir a alimentação de seus filhos. Uma repressão



implacável do governo tem resultado em milhares de detenções arbitrárias, centenas de casos de civis julgados por tribunais militares, casos de tortura e outras violações contra pessoas detidas. Prisões arbitrárias e abusos por parte das forças de segurança, inclusive pelos serviços de inteligência, continuam. As taxas extremamente altas de crimes violentos e a hiperinflação também são fatores centrais na decisão de muitas pessoas de deixar o país.

Os venezuelanos entram no Brasil principalmente por Pacaraima, em Roraima. A grande maioria dos que permanecem no Brasil acaba ficando nesse estado, o de menor população, especialmente na sua capital, Boa Vista. O estado, nem sua capital, têm infraestrutura e capacidade para acolher adequadamente este contingente de imigrantes. Muitos estrangeiros vivem nas ruas ou em acampamentos organizados pelo Exército Brasileiro e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). As condições em que vivem são precárias e a infraestrutura de serviços públicos de saúde, assistência social e educação está tensionada.

Essa dramática situação dos imigrantes venezuelanos, associada à falta de infraestrutura do Brasil para receber esse grande contingente de pessoas dá origem ao que se chama de **crise migratória**.

A fim de aliviar a situação em Roraima, o governo federal tomou algumas providências práticas, mas apenas no início de 2018, o que lhe rendeu críticas. O efetivo das forças armadas foi aumentado e policiais da Força Nacional de Segurança Pública foram deslocados para o estado. Também destinou recursos financeiros para o estado e para a prefeitura de Boa Vista como assistência humanitária emergencial. Outra medida adotada foi transferir para cidades de outros estados aqueles venezuelanos que quiserem, para nelas recomeçarem as suas vidas. As transferências têm ocorrido, mas de forma lenta. Até dezembro de 2018, poucos milhares de imigrantes tinham sido transferidos.

Parte da população roraimense se sente ameaçada com a presença dos venezuelanos que competiriam por vagas no mercado de trabalho e nos sistemas públicos de educação, saúde e assistência social. Essa situação deixa brechas para ações violentas de xenofobia. No início de 2018, uma família venezuelana sofreu queimaduras sérias causadas pela explosão de uma bomba caseira, e uma casa onde viviam 31 venezuelanos foi incendiada em Boa Vista. Em agosto de 2018, moradores do município de Pacaraima atacaram e incendiaram acampamentos de imigrantes, expulsando-os da cidade um dia depois de um comerciante brasileiro ter sido assaltado e espancado na cidade. A Polícia Militar local suspeita que venezuelanos tenham cometido o crime, o que revoltou a população.

Os estados de Roraima e Amazonas enfrentaram surtos de sarampo. De acordo com o Ministério da Saúde, o surto relacionou-se com a importação de casos, ou seja, de refugiados venezuelanos que entraram no Brasil com o vírus e o transmitiram para brasileiros. No entanto, apesar de o vírus ter sido trazido pelos venezuelanos, o surto poderia ser prevenido se a taxa de cobertura vacinal estivesse acima da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, já que o Brasil dispõe de imunizantes disponíveis gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

Conclusão



Somos um país de 208 milhões de habitantes, com pouquíssimos imigrantes. O Brasil atravessa um difícil momento econômico, político e social. O desemprego atinge 13 milhões de brasileiros. A causa dos nossos graves problemas não está nos imigrantes, tampouco, em alguns milhares de venezuelanos que migraram para o nosso país. É um número ínfimo, muito pequeno, diante do tamanho da nossa população.

Se houvesse vontade política e uma adequada governança do nosso país, a vida do brasileiro estaria bem melhor, bem como a capacidade do país de acolher estrangeiros, especialmente dos que aqui buscam refúgio, como os venezuelanos, sírios e haitianos.

Porta de entrada dos venezuelanos no Brasil



11.1 BRASIL SE RETIRA DO PACTO GLOBAL PARA A MIGRAÇÃO

Uma das primeiras ações em política externa do governo de Jair Bolsonaro foi comunicar às Nações Unidas (ONU) a **saída do Brasil do Pacto Global para a Migração**, acordo que o país tinha aderido em dezembro, no final do mandato de Michel Temer.

Através da rede social Twitter, o presidente comentou a decisão: "Não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros". Segundo o líder do Executivo, a imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a soberania de cada país.

Para Aloysio Nunes Ferreira, ex-ministro das Relações Exteriores, que defendeu o país durante as negociações, a imigração é uma questão global e compatível com a realidade brasileira. Conforme, o ex-chanceler, o acordo procura "servir de referência para o ordenamento dos fluxos migratórios, sem a menor interferência com a definição soberana por cada país de sua política migratória".

Apesar da saída do acordo, Bolsonaro afirmou que não vai recusar a entrada de venezuelanos no país. O Brasil enfrenta atualmente uma pressão migratória com a entrada diária de centenas de venezuelanos pela fronteira em Roraima, que fogem da crise política e econômica do país vizinho.

O que é o pacto?

O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular é o primeiro acordo global da Organização das Nações Unidas para lidar com a migração internacional. Ele é uma espécie de compromisso feito por Estados-membros para **fortalecer e aperfeiçoar mecanismos e políticas públicas para proteger e regular pessoas em movimento**.

A ideia é equilibrar as relações entre países e migrantes. Na prática, o **documento serve como uma espécie de guia geral com recomendações sobre o tema e abre portas para aumentar a cooperação internacional na área, visando tornar a migração mais segura e digna para todos**.

O texto detalha 23 medidas concretas, entre elas coletar dados, proporcionar documentos de identidade aos migrantes que carecem de documentos, acordar um tratamento particular a mulheres e crianças, administrar as fronteiras de modo coordenado com os vizinhos, deter migrantes irregulares apenas como último recurso, outorgar aos migrantes o acesso aos serviços sociais e impedir qualquer discriminação (de cunho étnico, político, religioso, entre outros).

Os países-membros da ONU realizaram a assinatura do Pacto em dezembro, durante uma cúpula no Marrocos. Dos 193 países que compõem as Nações Unidas, 164 assinaram o documento, incluindo o Brasil, que se retirou em janeiro deste ano.

O Pacto é o resultado de 18 meses de discussões e consultas entre os Estados-membros e outros atores, incluindo autoridades nacionais e locais, sociedade civil, setores privados e públicos e migrantes. O texto foi inspirado na Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes, adotada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU em setembro de 2016.



A desistência de países-chave

Países como os Estados Unidos, Hungria, Austrália, Itália e Israel não apoiam o Pacto Global para a Migração. O **principal argumento é que o texto representa uma possível ameaça à segurança ou à soberania do país - a noção de que os cidadãos de cada país têm a autoridade única e final para controlar os assuntos políticos e legais da nação. Dessa forma, ele entraria em confronto com políticas migratórias nacionais.**

Os países não signatários também alegam que o documento pode encorajar novas ondas de migrações em larga escala, estimular a entrada de terroristas e promover uma possível ameaça à coesão e manutenção da cultura ocidental.

Apesar das críticas, **o Pacto não é juridicamente vinculante, ou seja, os países não são obrigados a seguirem suas orientações.** O documento possui um caráter recomendatório de boas práticas a serem seguidas voluntariamente pelos países signatários, que podem criar suas próprias políticas.

O que motivou a criação do Pacto?

A migração é um fenômeno humano que sempre existiu ao longo da história. O deslocamento é feito por pessoas que geralmente buscam melhores condições de vida. A ONU diz que a migração oferece grandes oportunidades para migrantes, para comunidades anfitriãs e para as comunidades de origem. Mas quando ela é feita de forma desordenada, pode criar problemas. "Num mundo onde ela é cada vez mais inevitável e necessária, a migração deve ser bem administrada e segura, e não irregular e perigosa", diz António Guterres, secretário-geral da ONU.

O Pacto ganhou impulso após a crise migratória de 2015 na Europa; uma crise que marcou o maior influxo de refugiados e migrantes no continente desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Segundo a ONU, existem hoje mais de 258 milhões de imigrantes no mundo, dos quais 50 milhões são crianças. Esse é o maior movimento de pessoas já visto na história. Espera-se que esse número cresça devido à globalização, mas também a fatores como a crescente desigualdade, conflitos armados, perseguições políticas, mudanças na demografia, problemas climáticos e crises econômicas.

Muitas vezes a travessia para outro destino é feita de forma perigosa e representa risco de vida e violação de direitos humanos. Segundo dados da OIM, quase 3.400 migrantes e refugiados perderam suas vidas em todo o mundo em 2018. A maioria morreu tentando chegar à Europa pelo mar; muitos outros morreram tentando cruzar desertos ou passar por florestas.

12 – IDH

O **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** surgiu em 1990, no Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU. O índice varia em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, mais elevado é o IDH. No ranking os países são divididos em quatro categorias: nações



com índice de desenvolvimento "muito alto" (igual ou acima de 0,800), "alto" (de 0,700 a 0,799), "médio" (de 0,555 a 0,699) e "baixo" (abaixo de 0,555).

O IDH leva em conta três indicadores:

Educação (acesso ao conhecimento) - Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a **média de anos de educação de adultos** (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças**, no início da vida escolar.

Saúde (vida longa e saudável) - A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país. Esse número leva em conta todas as mortes precoces que ocorrem no país para chegar a uma expectativa de quantos anos viverá um recém-nascido. Ou seja, tem relação com fatores como as condições de saúde, a taxa de mortalidade infantil e a violência nacionais.

Renda (padrão de vida) - O terceiro componente do IDH é determinado pela renda per capita nacional. Para chegar à renda per capita, você deve dividir toda a renda nacional pelo número de habitantes de um país. Para evitar distorções na análise, a renda per capita é medida em dólar, considerando ainda a paridade do poder de compra (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

O último relatório do IDH dos países é de 2018, com informações do ano de 2017. Nessa lista, o **Brasil** está em **79º lugar**, com índice de 0,759, mantendo a classificação de **alto IDH**. É o terceiro ano seguido que o país mantém a 79ª posição no levantamento, que analisou 189 países.



IDH do Brasil estaciona

Há dois anos, incremento é mínimo



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano das Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)



Infográfico elaborado em: 13/09/2018

De acordo com o último relatório do desenvolvimento humano, os cinco países de maior desenvolvimento humano são: Noruega (0,953), Suíça, (0,944), Austrália (0,939), Irlanda (0,938) e Alemanha (0,936).

Já entre os países de menor desenvolvimento humano estão o Níger (0,352), a República Centro-Africana (0,352), o Sudão do Sul (0,396), o Chade (0,402) e o Burundi (0,404).

De um modo geral, Europa e América do Norte predominam entre os países de desenvolvimento muito alto; países latino-americanos e do leste europeu aparecem na categoria de desenvolvimento alto; países do norte africano e do sudeste asiático predominam entre os de desenvolvimento médio; e boa parte dos países africanos figura entre os países de desenvolvimento baixo.

Ao elaborar o Relatório de Desenvolvimento Humano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento também divulga o "IDH ajustado à desigualdade (IDHAD)". Nem todos os países têm esse índice medido pela ONU.

A partir disso, o resultado dos países é corrigido para baixo. O IDHAD sempre fica menor do que o IDH original porque a desigualdade social ainda é uma realidade em todos os países (mesmo que mais intensa em alguns países).



No caso do Brasil, o Pnud afirma que, se for levado em conta o "IDH ajustado à desigualdade", o índice de desenvolvimento humano do país cairia de 0,759 para 0,578 e o Brasil cairia 17 posições no ranking mundial.

O Pnud estabelece um índice separado para três dimensões de desigualdade nos países. No caso do Brasil, o pior índice fica com a má distribuição de renda (0,471), seguida da desigualdade na educação (0,535) e na expectativa de vida (0,765).

Gênero

O Pnud faz dois levantamentos para avaliar as disparidades e desigualdades entre homem e mulher.

O Índice de Desenvolvimento de Gênero, que traz os mesmos indicadores do IDH com separação por sexo em 164 países, mostra que as brasileiras estão melhores na maioria dos indicadores no que diz respeito à saúde e ao estudo. O grande gargalo, porém, é a renda nacional bruta per capita comparada a dos homens.

Apesar de as mulheres terem mais anos esperados de escolaridade (15,9 frente a 14,9 dos homens) e maior média de anos de estudo (8 anos contra 7,7 nos homens), a renda nacional bruta per capita da mulher é 42,7% menor que a do homem.

No Índice de Desenvolvimento de Gênero, os países são divididos em grupos de 1 a 5 - sendo este último o de maior desenvolvimento. Como as mulheres têm números mais altos em quase todos os indicadores, o Brasil é avaliado na melhor categoria, a do grupo 1.

Porém, o Índice de Desigualdade de Gênero, calculado em 160 países e focado na situação da mulher no país, mostra o Brasil na 94ª posição. O índice, neste caso, é de 0,407 numa escala de 0 a 1 - ao contrário do IDH, porém, o país está melhor posicionado quanto mais próximo do zero.

Aqui, o Pnud destaca que as brasileiras ocupam 11,3% das cadeiras do Congresso Nacional. O resultado é o pior da América do Sul. Além disso, este indicador é ainda pior que o do país com o menor IDH do mundo, o Níger (17%).

Outro indicador do Pnud mostra que uma mulher brasileira gasta em média 4,3 vezes mais do seu tempo em trabalhos domésticos e de cuidados do que os homens. Cerca de 13,3% do tempo delas é dedicado a esta atividade não remunerada, enquanto os homens gastam cerca de 3,1% do tempo deles.



13 – QUESTÕES COMENTADAS

(QUADRIX/CRESS-GO/2019 – AGENTE FISCAL)

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos veio para enfrentar o problema histórico da falta de médicos e para aprimorar a atenção básica à saúde no Brasil.

Internet: <<http://maismedicos.gov.br>> (com adaptações).

A respeito do programa em tela, julgue os itens.

1. O Mais Médicos resultou de um contrato entre o Brasil e o governo cubano para provimento de médicos exclusivamente em municípios distantes dos grandes centros.

COMENTÁRIOS:

O Mais Médicos é um programa criado pelo governo brasileiro para suprir a carência de médicos em locais onde faltam profissionais e em localidades remotas, como municípios do interior, distantes dos grandes centros, mas também nas áreas de periferias dos grandes centros urbanos. O programa não resulta de um contrato entre o Brasil e Cuba. As vagas são destinadas prioritariamente para médicos brasileiros, mas como faltaram médicos inscritos no programa, o Brasil contratou médicos estrangeiros, sobretudo cubanos.

Gabarito: Errado

2. Em novembro de 2018, o governo de Cuba comunicou ao Brasil a retirada dos seus médicos, no que foi seguido por outros países que têm profissionais vinculados ao programa.

COMENTÁRIOS:

Em novembro de 2018, o governo de Cuba anunciou a retirada dos seus médicos do programa após críticas do presidente Jair Bolsonaro. Os médicos cubanos eram contratados por meio de um acordo de cooperação entre a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e os governos brasileiros e de Cuba.

A contratação de médicos estrangeiros de outros países é feita diretamente, sem a intermediação de organizações internacionais ou governos nacionais. Assim, não teria como haver a interferência deles em uma hipotética saída de médicos estrangeiros de outras nacionalidades como afirma a questão, o que também não ocorreu.

Gabarito: Errado



3. Médicos cubanos vinculados ao programa ocuparam parcela significativa do contingente de profissionais dedicados à saúde indígena no País.

COMENTÁRIOS:

Médicos cubanos vinculados ao programa ocuparam parcela significativa do contingente de profissionais dedicados à saúde indígena no País. Segundo dados de 2017 da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), 90% dos médicos que atuavam pelo programa em áreas indígenas eram cubanos.

Gabarito: Certo

4. Segundo relatos de secretários municipais de saúde, cerca de um terço dos médicos que aderiram à chamada feita em novembro de 2018 pelo Mais Médicos deixaram suas vagas em outros programas da atenção básica à saúde para optar pelo programa.

COMENTÁRIOS:

Para suprir a falta de médicos, o Governo Federal abriu, em novembro, um novo edital de contratação para o Mais Médicos com cerca de 8,5 mil vagas.

Segundo dado do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), aproximadamente 40% dos profissionais aceitos no novo edital do Mais Médicos já atuavam no programa Estratégia de Saúde da Família do SUS. Os profissionais optaram pelo Mais Médicos principalmente devido aos maiores pagamentos desse programa em relação ao Saúde da Família.

É o típico caso do dito popular: cobre um santo e descobre outro. Resolve um problema e cria outro problema.

Gabarito: Certo

5. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

A Agência Brasil noticiou que o governo federal estuda formas de regularizar a permanência dos médicos cubanos após o fim do acordo de cooperação entre Brasil e Cuba no Programa Mais Médicos.

(Agência Brasil. Publicado em: 23.01.2019. Acessível em: <https://bit.ly/2FYt6g1>. Adaptado)

Uma exigência inalterável para a permanência dos profissionais é a de que todos

- (A) façam a opção pela dupla cidadania.
- (B) cortem laços com a ilha de Cuba.
- (C) façam estágio probatório em hospitais credenciados.
- (D) mantenham suas finanças exclusivamente no Brasil.



(E) se submetam ao Programa Revalida.

COMENTÁRIOS:

Médicos formados no exterior, sejam brasileiros ou estrangeiros, precisam passar por um exame para atuar em solo nacional - o Revalida. Esse exame, aplicado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), garante ao profissional o direito de atuar profissionalmente no Brasil, desde que aprovado.

Para o Mais Médicos, entretanto, o Governo Federal dispensou do exame os participantes do programa, sob o argumento de que os profissionais atuam especificamente no programa, posição essa que foi considerada legal pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento no ano de 2017.

O governo cubano anunciou, em novembro de 2018, a sua retirada do programa Mais Médicos. Cuba discordou das novas exigências feitas pelo Brasil, como a necessidade de os profissionais se submeterem ao Revalida.

No entanto, alguns médicos cubanos permaneceram no Brasil. É sobre esses médicos que se refere o fragmento da notícia e que o governo federal estudava formas de regularizar a permanência no Brasil. Para isso, uma exigência que seria inalterável para a permanência desses profissionais é a de que se submetessem e fossem aprovados no Revalida.

Gabarito: E

6. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) chegou na manhã deste domingo (27.01.2019) a São Paulo para a nova cirurgia a qual se submeterá nesta segunda-feira, no hospital Albert Einstein, localizado no bairro do Morumbi, na zona sul. O presidente se internará na unidade e começará a se preparar para a operação de reconstrução do “trânsito intestinal”.

(Uol. 27.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2B49Fif>. Adaptado)

A nova cirurgia a que o presidente se submeteu é reflexo de

- (A) uma queda que sofreu durante as festas de final de ano.
- (B) um atentado sofrido pelo então candidato em Juiz de Fora.
- (C) um acidente de lancha ocorrido em Angra dos Reis.
- (D) uma hérnia adquirida ainda nos tempos de serviço militar.
- (E) um acidente de trânsito enquanto estava na Suíça.

COMENTÁRIOS:

A nova cirurgia a que o presidente se submeteu é reflexo de um atentado sofrido durante sua campanha eleitoral para a presidência do Brasil em 6 de setembro de 2018. O atentado ocorreu na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. O autor do crime, Adélio Bispo de Oliveira, de 40 anos, desferiu



um golpe de faca no candidato. Um atentado político a um candidato presidencial na América Latina não ocorria desde 1994, com a morte de Luis Donaldo Colosio, candidato à presidência do México.

Gabarito: B

7. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO)

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).

Tendo como referência o texto antecedente, julgue o item que se segue, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.

COMENTÁRIOS:

O artigo 2º da Constituição de 1988 prescreve: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. O Poder Executivo exerce a função administrativa, o Poder Legislativo, a função legislativa e fiscalizatória, e o Poder Judiciário, a função judicial.

Cada um desses órgãos exerce sua função de maneira predominante, mas não exclusiva. Além do mais, a Constituição prevê uma série de atribuições a cada Poder, de maneira que cada um deles efetue um “controle” sobre as atividades dos outros, “limitando-as”. Esse é um controle recíproco.

O Poder Judiciário julga conflitos com base na lei. As suas decisões até podem atender aos interesses dos demais poderes, em função de decisões proferidas com base na lei. Porém, não é um Poder subordinado aos interesses dos demais poderes. É um poder independente.

Gabarito: Errado

8. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

As Nações Unidas aprovaram o pacto global sobre refugiados. Ao todo, 181 países votaram a favor do documento, enquanto Estados Unidos e Hungria foram contrários. Coordenado pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), com sede em Genebra, o pacto global



sobre refugiados, aprovado ontem (17 de dezembro), procura promover a resposta internacional adequada aos fluxos em massa e situações prolongadas de refugiados.

(Agência Brasil, 18 dez.18. Adaptado)

Um dos objetivos apontados pelo pacto global sobre refugiados é

(A) garantir aos refugiados os direitos de ampla cidadania nos países que os acolheram, incluindo direitos políticos e sociais.

(B) ajudar a criar condições nos países de origem para o regresso dos refugiados, garantidas as circunstâncias de segurança e dignidade.

(C) concentrar o maior número possível de refugiados em poucos países, para melhor atender às suas demandas.

(D) dar aos refugiados o mínimo necessário para a sobrevivência, de forma a não incentivar novos fluxos migratórios.

(E) conter os refugiados nos países do entorno do país de origem, com o objetivo de facilitar o retorno assim que possível.

COMENTÁRIOS:

O pacto global sobre refugiados possui quatro objetivos principais:

- aliviar a pressão sobre os países anfitriões;
- aumentar a autossuficiência dos refugiados;
- ampliar o acesso a soluções de países terceiros;
- ajudar a criar condições nos países de origem, para um regresso dos cidadãos em segurança e com dignidade.

Gabarito: B

9. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA)

As práticas sociais na atualidade são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que proporcionam amplo debate e favorecem o consenso sobre temas relevantes a maioria da população.

COMENTÁRIOS:

Vejam a palavra “totalmente”, pegadinha clássica do examinador. As práticas sociais na atualidade NÃO são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais. Que as redes sociais propiciam um amplo debate não há dúvidas. Mas a qualidade deste debate não é boa, com muitos xingamentos, posições discriminatórias, intolerância, falta de educação e argumentos rebaixados com pouca ou nenhuma comprovação fática. O debate não tem favorecido o consenso, algo muito difícil, tem sim, levado a um dissenso maior da sociedade brasileira.



Gabarito: Errado

10. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79ª	0,754
2016	79ª	0,758
2017	79ª	0,759
2018	79ª	0,759

(Pnud)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

- a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.
- b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.
- c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.
- d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.
- e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

COMENTÁRIOS:

O IDH leva em conta três indicadores: educação (acesso ao conhecimento), saúde (vida longa e saudável) e renda (padrão de vida). A tabela mostra que o indicador teve um crescimento muito pequeno entre 2014 e 2018, de 0,005 e a posição do Brasil permaneceu a mesma no ranking do IDH dos países, 79ª posição. O Brasil não galgou nenhuma posição. Assim, os dados apresentados demonstram que as condições de vida da população brasileira tiveram uma reduzida evolução.

As outras alternativas estão incorretas, pois o IDH não analisa a situação fiscal dos governos, não mede as desigualdades sociais, que são medidas pelo Índice de Gini e não analisa políticas públicas destinadas às crianças e jovens.



O IDH é um indicador de desenvolvimento humano. Chile, Argentina e Uruguai são os países com os maiores IDHs da América do Sul.

Gabarito: C

11. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou as regras que devem ser observadas nas eleições deste ano. Entre elas, é correto afirmar que (bit.ly/2Lrodip. Adaptado)

- (A) o crowdfunding está proibido como forma de arrecadação de fundos para o financiamento de campanha.
- (B) os eleitores transexuais e travestis poderão solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor e no caderno de votação somente para as futuras eleições municipais.
- (C) as propagandas feitas por telefonemas aos eleitores estão liberadas somente para o período entre 15 de agosto e 21 de setembro.
- (D) os comícios podem ser realizados das 18 horas à meia-noite, e os comícios de encerramento devem acabar, no máximo, às 2 horas da madrugada da véspera da votação.
- (E) na internet, a propaganda pode começar em 16 de agosto e será permitido o impulsionamento de conteúdos por partidos, coligações e candidatos.

COMENTÁRIOS:

- a) Incorreto.** Os candidatos podem arrecadar verba por meio de financiamento coletivo, as vaquinhas ou crowdfunding.
- b) Incorreto.** O TSE decidiu que, a partir destas eleições, os candidatos transgêneros podem utilizar o nome social na urna. Já os eleitores transexuais e travestis podem solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor e no caderno de votação.
- c) Incorreto.** Propaganda eleitoral por telefone está proibida pelo STF.
- d) Incorreto.** Comícios podem ser realizados somente entre 8h e 24h.
- e) Correto.** A regra eleitoral de 2018 estabeleceu o início da propaganda na internet em 16 de agosto e permitiu o impulsionamento de conteúdos (quando a publicação em uma rede social é paga para alcançar um maior número de pessoas) por partidos, coligações e candidatos.

Gabarito: E

12. (VUNESP/PC SP/2018 – AGETEL)

Em assunto diretamente relacionado às eleições brasileiras de outubro deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em junho de 2018,

- (A) suspender o uso do voto impresso nas urnas eletrônicas.



- (B) vetar a presença de partidos sem representação parlamentar.
- (C) reduzir os recursos oferecidos aos partidos pelo Fundo Partidário.
- (D) estender o direito de voto para os todos os estrangeiros.
- (E) flexibilizar a aplicação da lei da Ficha Limpa.

COMENTÁRIOS:

A impressão do registro do voto eletrônico foi um dos pontos da reforma política aprovada pelo Congresso Nacional em outubro de 2017. No entanto, O Plenário do STF deferiu, em junho de 2018, liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5889 suspendendo a exigência de impressão do voto eletrônico nas eleições de 2018. O posicionamento majoritário entre os ministros foi de que o dispositivo coloca em risco o sigilo e a liberdade do voto, contrariando a Constituição Federal. Com essa decisão, na eleição deste ano, não serão impressos votos de eleitores em urnas eletrônicas.

Gabarito: A

13. (VUNESP/PC SP/2018 – PAPILOSCOPISTA POLICIAL)

Pelo entendimento original da Constituição, o foro privilegiado garantido a autoridades como parlamentares fazia com que eles fossem processados por infrações penais comuns no Supremo. No caso de deputados federais e senadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) restringiu o entendimento para os crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo.

(<https://veja.abril.com.br>. 10.05.2018. Adaptado)

A notícia é relativa à votação realizada pelo STF, cujo resultado, aprovado por nove votos a um, aponta que o foro privilegiado

- (A) não vale para os casos de improbidade administrativa, caso, por exemplo, da situação em que o agente público provoque perdas ao patrimônio público.
- (B) necessitará ser ampliado, em favor dos parlamentares federais, para abranger crimes de quaisquer naturezas, desde que ocorridos no exercício do mandato.
- (C) deverá ser mantido aos parlamentares eleitos pelo voto direto, bem como aos chefes do Poder Executivo e Judiciário, quando da esfera federal.
- (D) não prevalecerá para os suplentes de senadores e deputados federais, e para ministros de Estado com menos de um ano do cargo.
- (E) não terá validade para os casos de crimes que, na ocorrência de condenação, não prevejam a perda de mandato do parlamentar.

COMENTÁRIOS:



Questão difícil, pois sabe-se que, em maio de 2018, o STF decidiu reduzir o alcance do foro privilegiado de deputados e senadores somente para aqueles processos sobre crimes ocorridos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo parlamentar.

Um deputado acusado de agressão doméstica, por exemplo, não será mais julgado pelo Supremo, pois o crime não tem relação com o mandato. Um senador que seja acusado de um crime anterior à posse no Congresso, por exemplo, também não será mais julgado pelo Supremo.

O Supremo decidiu, ainda, que se uma ação já estiver em fase adiantada, após a fase de coleta de provas, ela não descerá para a primeira instância. Seria uma forma de evitar que um parlamentar renuncie ao mandato apenas para atrasar uma sentença.

O ministro Luís Roberto Barroso foi o autor e relator da proposta sobre a limitação do foro privilegiado.

Alguns dias depois, em outra decisão, que quase não foi divulgada pela imprensa, o STF decidiu que as regras do foro privilegiado não se aplicam em ações por improbidade administrativa. Com isso, o STF afirma que autoridades processadas por improbidade devem responder às ações na primeira instância da Justiça. A única exceção é o presidente da República, que tem foro privilegiado para ações de improbidade administrativa, por previsão constitucional expressa.

Gabarito: A

14. (FADESP/BANPARÁ/2018 – TÉCNICO BANCÁRIO)

Neste ano de 2018, a Constituição Federal brasileira completa trinta anos de existência. Elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987, no ocaso da Ditadura Militar, coordenada pelo deputado Ulysses Guimarães, a Carta Magna ainda hoje é lembrada pelo seu apelido de Constituição

- a) Transformadora.
- b) Transitiva.
- c) Cidadã.
- d) Civil.
- e) Antiautoritária.

COMENTÁRIOS:

O ano de 2018 marca o trigésimo aniversário da atual Constituição da República Federativa do Brasil que foi promulgada em 5 de outubro de 1988 e tornou-se o principal símbolo do processo de redemocratização nacional. Essa Constituição foi definida por Ulysses Guimarães como “Constituição cidadã” porque ampliou os direitos e as garantias individuais em várias áreas. Além disso, contou na sua elaboração com a participação efetiva da população.

Gabarito: C



15. (VUNESP/PC-SP/2018 - ESCRIVÃO)

O primeiro grupo de refugiados venezuelanos chegou a São Paulo no dia 13 de abril de 2018. A cidade deve receber 300 estrangeiros como parte do programa de interiorização dos imigrantes que cruzaram a fronteira para escapar da crise econômica e política na Venezuela. Até o momento, 161 venezuelanos estão na capital paulista.

(Agência Brasil, 13.04.18. Adaptado)

Esses imigrantes estavam em

- (A) Macapá (AP).
- (B) Rio Branco (AC).
- (C) Belém (PA).
- (D) Porto Velho (RO).
- (E) Boa Vista (RR).

COMENTÁRIOS:

Os imigrantes venezuelanos estavam em Boa Vista, Roraima, estado que está na fronteira brasileira com a Venezuela. Roraima tem recebido um intenso fluxo de imigrantes que fogem da grave crise econômica, social e política da Venezuela.

Os imigrantes que desejarem estão sendo transferidos pelo Governo Federal para outros estados para recomeçarem as suas vidas. Em abril, quando ocorreu a primeira etapa da interiorização, 265 imigrantes foram levados para São Paulo e Cuiabá. Em maio, um outro grupo foi transferido para Manaus e São Paulo.

Gabarito: E

16. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- (A) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- (B) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- (C) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.
- (D) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.



(E) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.

COMENTÁRIOS:

As três variáveis utilizadas no cálculo do IDH são:

Educação (acesso ao conhecimento) - Duas taxas são usadas para medir a qualidade da educação de um país. O primeiro é a média de anos de educação de adultos (pessoas com mais de 25 anos de idade). O segundo é a **expectativa de anos de estudo para crianças**.

Saúde (longevidade) - A **expectativa de vida ao nascer** é utilizada para medir a longevidade da população de um país.

Renda - É determinado pela renda per capita nacional, medida em **dólar**, considerando ainda a **paridade do poder de compra** (um método que revela quanto a moeda local é capaz de comprar no âmbito internacional, desconsiderando o custo de vida local).

Se levarmos ao pé da letra, acesso ao conhecimento é diferente de nível de instrução. Entretanto, a banca utilizou essa palavra e a considerou correta.

Gabarito: B

17. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

Deputados federais e senadores só poderão ser julgados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) se a denúncia for referente a crimes cometidos durante o mandato e em razão das funções do cargo. Este foi o entendimento decidido pela Corte em votação concluída nesta quinta-feira (03.05.2018) [...].

Os ministros analisarão, caso a caso, quais processos sobre parlamentares que tramitam atualmente no STF devem ser destinados para instâncias regionais ou continuar na Corte por estar em estado avançado.

(<http://www.destakjornal.com.br>. Adaptado)

As alterações mencionadas no texto correspondem às restrições

- (A) da autonomia do poder executivo.
- (B) da lei da ficha limpa.
- (C) da punição aos crimes contra a humanidade.
- (D) do foro privilegiado.
- (E) do julgamento de brasileiros residentes no exterior.

COMENTÁRIOS:



O STF decidiu por reduzir o alcance do foro privilegiado de deputados e senadores. Agora, somente serão julgados pelo tribunal supremo, em foro privilegiado, processos sobre crimes ocorridos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo parlamentar.

Foro privilegiado é o direito que têm deputados e senadores – entre outras autoridades, como presidente e ministros, por exemplo – de serem julgados por tribunal superior ou de segunda instância.

Gabarito: D

18. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

As condições precárias de saúde vivenciadas pelos venezuelanos que estão imigrando para o estado brasileiro de Roraima estão provocando a proliferação dos casos de

- (A) ebola.
- (B) sarampo.
- (C) microcefalia.
- (D) doenças metabólicas.
- (E) gripe aviária.

COMENTÁRIOS:

Acredita-se que uma das razões para o surto de sarampo no Norte do Brasil, na atualidade, deve-se à entrada de venezuelanos com o vírus e sem imunização na região.

Apesar disso, o surto poderia ter sido prevenido se a taxa de cobertura vacinal estivesse dentro da meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, já que o Brasil dispõe de imunizantes disponíveis gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde.

Gabarito: B

19. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

A audiência de conciliação designada pela ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber durou cerca de três horas e reuniu representantes do governo federal, do governo de Roraima, da Defensoria Pública da União e de organizações de defesa dos direitos humanos. A governadora de Roraima, Suely Campos, apresentou uma proposta que prevê ressarcimento, por parte do governo federal, de R\$ 184 milhões de reais aos cofres do estado. O valor, segundo ela, é referente a recursos gastos desde 2016 nas áreas de saúde, educação e segurança por causa da migração de venezuelanos.

(EBC, 18 mai.18. Disponível em: . Adaptado)



Antes da proposta de ressarcimento, a demanda originalmente apresentada pelo governo de Roraima estava relacionada

- (A) à ruptura das relações diplomáticas entre os países.
- (B) à distribuição dos imigrantes venezuelanos por outros estados.
- (C) à triagem socioeconômica no acesso de venezuelanos ao Brasil.
- (D) à expulsão do Brasil dos imigrantes venezuelanos ilegais.
- (E) ao fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela.

COMENTÁRIOS:

A audiência designada pela ministra Rosa Weber, a pedido da governadora de Roraima, teve originalmente como proposta o fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela. O governo federal disse que a proposta de fechamento da fronteira é inegociável. Em resposta, a governadora de Roraima, Suely Campos, apresentou uma proposta que prevê ressarcimento, por parte do governo federal, de R\$ 184 milhões de reais aos cofres do estado.

Gabarito: E

20. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)



A manchete acima denuncia um grave problema social que tomou conta de uma capital brasileira que vem sofrendo com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos. As cenas da chegada de centenas, até milhares de venezuelanos desempregados, famintos e desesperados se tornaram frequentes na cidade que recebe um número crescente de imigrantes. Já são 40 mil, segundo as contas da Prefeitura, o que equivale a mais de 10% dos cerca de 330 mil habitantes da capital do estado com menor índice populacional do Brasil. A cidade a qual estamos nos referindo é:

- a) Rio Branco
- b) Boa Vista
- c) Manaus
- d) Belém



COMENTÁRIOS:

A cidade a que o enunciado se refere é Boa Vista, capital do estado de Roraima. O estado tem sido a principal porta de entrada, no Brasil, para os venezuelanos que fogem da crise econômica, social e política do seu país.

Gabarito: B

21. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Considere o texto que aborda a imigração no Brasil contemporâneo.

Os venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da crise econômica intensa instalada no país vizinho. De 2015 a junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal. Nesse período, 35,5 mil pediram refúgio e 11,1 mil solicitaram residência no Brasil. Em abril, o governo deu início a um processo de distribuição de imigrantes venezuelanos concentrados na Amazônia para outras unidades da federação, no chamado processo de interiorização.

Metade dos imigrantes da Venezuela já deixou o Brasil, Jornal do Brasil, Nacional, 18 jul. 2018, p.4. Adaptado.

Essa chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil ocorre pelo seguinte estado:

- (A) Pará
- (B) Amapá
- (C) Roraima
- (D) Rondônia
- (E) Amazonas

COMENTÁRIOS:

A chegada dos venezuelanos se dá pelo estado de Roraima.

Gabarito: C

22. (FCC/PC AP/2017 – AGENTE DE POLÍCIA)

O presidente Michel Temer sancionou em 24 de maio o projeto da nova Lei da Migração. O texto será publicado no dia 25, no Diário Oficial da União.

(Adaptado de: <http://brasil.estadao.com.br>)

Sobre a lei da Migração são feitas as seguintes afirmações:

I. À semelhança do Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, a nova lei está voltada para a segurança nacional.



II. A nova lei determina a existência de um visto temporário para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio.

III. A lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.

IV. Para especialistas, a legislação endurece o tratamento para os imigrantes, o que fere os direitos humanos e incentiva a xenofobia.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

COMENTÁRIOS:

I - Incorreto. O antigo Estatuto do Estrangeiro criminalizava os estrangeiros e era voltado para a segurança nacional. A nova lei da migração adota uma postura de abertura das fronteiras e apoio aos imigrantes.

II - Correto. A nova lei determina a existência de um visto temporário para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio. Outros principais pontos da nova lei são:

- Facilita a obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos;
- Os imigrantes não podem mais ser presos por estarem de modo irregular no país;
- Permite aos imigrantes que se manifestem politicamente, associando-se a reuniões políticas e a sindicatos;
- Diferente do Estatuto do Estrangeiro, a lei também trata dos brasileiros que vivem no exterior;
- Repudia expressamente a discriminação e a xenofobia; e
- A política de vistos humanitários foi tornada oficial.

III - Correto. A lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.

IV - Incorreto. Muito pelo contrário. A nova legislação repudia a discriminação e a xenofobia e busca apoiar os imigrantes, seguindo os princípios dos direitos humanos.

Gabarito: A



23. (VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA – SP/2017 - AUXILIAR DE ESCRITA)

Pesquisa do Ministério do Trabalho divulgada nesta terça-feira (12/09) mostra que imigrantes deste país vizinho estão em trabalhos precários, e que mais da metade (51%) recebe menos que um salário mínimo ao mês. Também sofrem com o problema de Roraima, estado onde se concentram, oferecer poucas oportunidades de emprego. [...] Motivados pela forte recessão econômica vivida no país de origem, 47% dos imigrantes que chegaram ao Brasil não têm pretensão de voltar, segundo a pesquisa do Ministério do Trabalho.

(G1 – goo.gl/Ck8YNE. Acesso em 16.10.2017. Adaptado)

A notícia trata dos imigrantes

- a) venezuelanos.
- b) colombianos.
- c) bolivianos.
- d) peruanos.
- e) paraguaios.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela passa por uma grave crise econômica, política e social. Sem perspectiva de melhoras, muitos venezuelanos têm migrado para o Brasil e para outros países. Por ser estado fronteiriço, os venezuelanos entram no Brasil por Roraima.

Gabarito: A

24. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - AGENTE DE VIGILÂNCIA)

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é calculado desde a década de 90 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das várias agências temáticas da ONU. Seu objetivo é ser uma referência da qualidade de vida. O IDH varia de 0 a 1; quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Os critérios utilizados para calcular o IDH são, EXCETO:

- a) Renda (PIB per capita).
- b) Urbanização (quantidade de megacidades).
- c) Longevidade (esperança de vida ao nascer).
- d) Educação (alfabetização e taxa de matrícula).

COMENTÁRIOS:

O Índice de Desenvolvimento Humano leva em conta três indicadores: renda (PIB per capita), longevidade (esperança de vida ao nascer) e a educação (alfabetização e taxa de matrícula). Vejam



que é um pouco diferente do que estudamos. Mas, esta é uma outra forma de descrever os critérios de composição do IDH.

A urbanização não é um critério utilizado no cálculo do IDH.

Gabarito: B

(QUADRIX/CFO DF/2017 – ADMINISTRADOR)

O número de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima cresceu 22.122% nos últimos três anos segundo dados divulgados pela Polícia Federal (PF) no estado. Só no ano de 2016, mais de 2.000 venezuelanos foram à sede da PF, em Boa Vista, para pedir a condição de refugiado.

Internet:<<http://g1.globo.com>> (com adaptações)

Tendo o texto acima e assuntos correlatos como referência inicial, julgue os itens a seguir.

25. A intensificação das migrações da Venezuela para o território brasileiro tem estreita relação com a crise econômica que atinge aquele país, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela atravessa uma grave crise econômica, social e política. Em função da crise econômica, o país enfrenta uma escassez de alimentos e gêneros de primeira necessidade. Essa escassez tem levado milhares de venezuelanos a migrarem para outros países em busca de melhores condições de vida. Um desses países é o Brasil.

Gabarito: Certo

26. Além de Roraima, outros estados brasileiros limítrofes com a Venezuela, como o Amazonas e o Amapá, têm sofrido o impacto da entrada massiva de venezuelanos, que não precisam de visto ou passaporte para cruzar a fronteira.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela é um Estado-parte do MERCOSUL. Para os cidadãos dos Estados-partes do bloco, não é necessário visto ou passaporte para ingressar em um dos seus países. Basta apresentar um documento de identidade oficial. Além de Roraima, outro estado da região Norte limítrofe com a Venezuela que tem recebido venezuelanos é o Amazonas. O Amapá não faz fronteira com a Venezuela e não tem recebido massivamente venezuelanos.

Gabarito: Errado



27. O governo roraimense tem envidado esforços no sentido de prover condições mínimas de sobrevivência para os milhares de venezuelanos que vivem no estado, em grande parte subempregados.

COMENTÁRIOS:

É isso mesmo. O governo roraimense tem envidado esforços no sentido de prover condições mínimas de sobrevivência para os milhares de venezuelanos que vivem no estado, em grande parte subempregados.

Gabarito: Certo

28. (IDECAN/CREF 5/2017 - AGENTE FISCAL)

A Constituição Federal simboliza a lei maior que dispõe sobre as garantias e os direitos individuais dos cidadãos e estabelece a forma e o regime de governo, o sistema eleitoral e a organização dos poderes. Em 1988 foi promulgada a sétima Constituição Federal do Brasil válida até os dias atuais. O presidente em exercício, na data de sua promulgação, era:

- a) José Sarney.
- b) Itamar Franco.
- c) Tancredo Neves.
- d) Ulysses Guimarães.

COMENTÁRIOS:

O presidente em exercício na data da promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988 era José Sarney.

Gabarito: A

29. (VUNESP/CRBIO-01/2017 – ANALISTA EM COMUNICAÇÃO)

O ministro Herman Benjamin, relator da ação que investiga, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a chapa presidencial de 2014, formada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e pelo presidente Michel Temer (PMDB), decidiu incluir a delação da Odebrecht no processo e ouvir executivos da empreiteira que firmaram o acordo de colaboração com o Ministério Público Federal (MPF). A ação que tramita no TSE foi proposta pelo PSDB e pode gerar a cassação do mandato de Temer e a inelegibilidade de Dilma. Benjamin pretende ouvir delatores da empresa a partir do mês de março.

(O Estado de S.Paulo, 22.02.2017. Disponível em:<<https://goo.gl/W33Ily>>. Adaptado)



Entre as acusações que recaem sobre a chapa que venceu as eleições de 2014, presentes na delação da Odebrecht, é correto identificar

- (A) o favorecimento da empresa em ações que envolviam sonegação e evasão fiscal em troca do financiamento da campanha governista.
- (B) o superfaturamento de obras licitadas nos mandatos de Lula que geraram recursos destinados à corrupção e à compra de votos.
- (C) o repasse de dinheiro do caixa 2 da empresa para os partidos que deram apoio à chapa Dilma-Temer, como o PRB, o PP e o próprio PMDB.
- (D) o recebimento de propina em forma de pagamento não declarado de despesas de campanha, como deslocamentos e impressão de material gráfico.
- (E) a transferência de recursos não declarados da empresa para contas pessoais de políticos governistas no exterior, tais como contas em paraísos fiscais.

COMENTÁRIOS:

No acordo de delação, colaboradores premiados da Odebrecht contaram que repassaram dinheiro do caixa 2 da empresa para os partidos que deram apoio à chapa Dilma-Temer, como o PRB, o PP e o próprio PMDB.

Gabarito: C

30. (VUNESP/CRBIO-01/2017 – TÉCNICO/AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O ministro (...) foi escolhido para ser o novo relator dos processos da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), em sorteio realizado nesta quinta-feira (02.02) por determinação da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

O ministro vai herdar os processos ligados à operação que estavam com o ministro Teori Zavaski, morto num acidente aéreo em janeiro. Estavam sob a relatoria de Teori 16 denúncias e outros 58 inquéritos relacionados à Lava Jato.

(Uol, <https://goo.gl/NANZYF>, 02.02.2017. Adaptado)

O novo relator escolhido por sorteio é o ministro

- (A) Alexandre de Moraes.
- (B) Dias Toffoli.
- (C) Edson Fachin.
- (D) Gilmar Mendes.
- (E) Luiz Fux.

COMENTÁRIO:



Com a morte de Teori Zavaski, o ministro Luiz Edson Fachin foi escolhido como o novo relator dos processos da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal).

Também com a morte de Teori, Alexandre de Moraes foi empossado como novo ministro do STF.

Gabarito: C

31. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR BA/2017 – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II)

A denúncia de desvios de verbas, a investigação de agentes públicos e privados, o desmantelamento de esquemas para beneficiar indevidamente órgãos e instituições, têm ocupado as manchetes diárias da mídia impressa e televisiva, familiarizando o cidadão brasileiro com uma terminologia jurídica sobre os crimes associados à corrupção. Relacione os tipos de crime listados abaixo às suas respectivas caracterizações.

1. Corrupção ativa

2. Tráfico de influência

3. Extorsão

() Oferecimento de alguma forma de compensação para que o agente público deixe de fazer algo que, dentro de suas funções, deveria fazer.

() Uso de uma posição privilegiada dentro de uma empresa ou entidade, ou das conexões com pessoas em posição de autoridade, para obter favores ou benefícios para terceiros.

() Ato de obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, mediante violência ou ameaça, com a intenção de obter vantagem, recompensa ou lucro.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

a) 1, 3 e 2

b) 1, 2 e 3

c) 2, 1 e 3

d) 2, 3 e 1

e) 3, 2 e 1

COMENTÁRIOS:

Corrupção ativa: oferecer vantagem indevida a um funcionário público, em troca de algum tipo de favor ou benefício. O crime é cometido por um particular que não é funcionário público. Por exemplo: você foi multado por um guarda de trânsito, pois cometeu alguma infração. Ao invés de pagar a multa, oferece uma quantia em dinheiro para que o guarda não lhe dê a multa. Independente de ser aceita ou não, você terá cometido um crime de corrupção ativa.

Na corrupção passiva, o funcionário público **solicita** uma compensação para que ele deixe de fazer o seu trabalho ou faça algo que não é condizente com as suas funções.



Quando a vantagem é exigida por um funcionário público a outro, trata-se de outro tipo de crime, a concussão.

Tráfico de influência: a palavra “tráfico” remete muito ao tráfico de drogas. O tráfico de drogas basicamente consiste em alguém que produz e quer revender um serviço/produto (ilícito) para outra pessoa, que tem os meios e o dinheiro para consumi-lo. No fim, acontecerá **uma troca** entre a pessoa que está vendendo o produto e a pessoa que pode precisar dele.

No tráfico de influência, o raciocínio é similar: nesse caso, as empresas ou as entidades privadas atuam em alguma área e querem vender seus produtos; o poder público tem os meios, a necessidade de obter certos produtos e o dinheiro para comprá-los.

Porém, quando uma pessoa que representa essa empresa privada se aproveita de sua provável posição de prestígio para persuadir um funcionário público, de modo que ela conceda vantagens ou benefícios a ela ou à sua empresa, ela está cometendo um crime. Assim como quando ela utiliza suas conexões com pessoas em altos escalões do governo para conseguir esses mesmos favores, pagamentos ou vantagens.

Extorsão: obrigar alguém a tomar um determinado comportamento, por meio de ameaça ou violência, com a intenção de obter vantagem, recompensa ou lucro.

O crime de extorsão é muito parecido com o roubo. A diferença entre eles é que, no roubo, não importa a cooperação da vítima: o criminoso sempre poderia conseguir seu objetivo (tomar a coisa) sem que a vítima cooperasse.

Já na extorsão, o criminoso apenas consegue subtrair a coisa alheia se a vítima cooperar. Por exemplo, no caso de saques em caixas eletrônicos. Como o criminoso não sabe a senha da vítima, ele não vai conseguir pegar o dinheiro se a vítima não cooperar. Na extorsão, a vítima é forçada a fazer algo que não quer fazer (ou deixar de fazer algo que quer fazer) porque o criminoso a está ameaçando ou porque a está, de alguma forma, violentando. Se ela não cooperar com o criminoso, ela pode até sofrer consequências graves (por exemplo, ser morta), mas o criminoso não conseguirá seu intuito: tomar o seu bem.

Gabarito: B

32. (CONSULPLAN/TJ-MG/2017 – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS)

A denominada “Operação Lava Jato” trata, segundo o Ministério Público Federal, do maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo um grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. O nome do magistrado encarregado do julgamento em primeira instância, dos crimes apurados na mencionada operação é

- a) Sérgio Moro.
- b) Rodrigo Janot.
- c) Odilon de Oliveira.
- d) Gilmar Mendes.



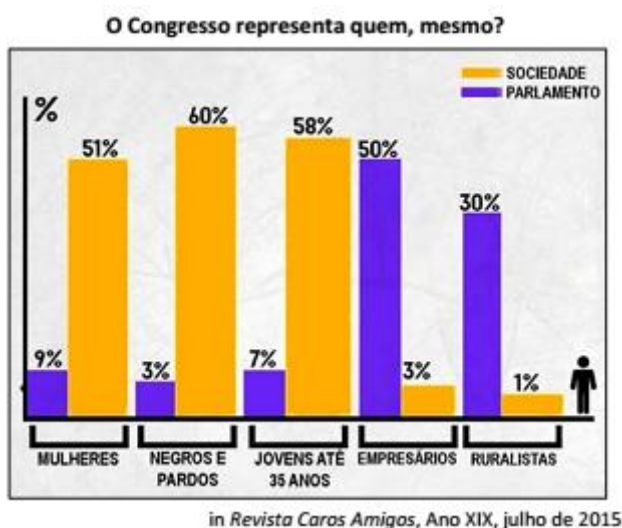
COMENTÁRIOS:

Quando da aplicação desta prova e até o início de dezembro de 2018, o magistrado responsável pelo julgamento, em primeira instância, dos crimes da Operação Lava Jato na 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba era o juiz Sérgio Moro. Rodrigo Janot é ex-Procurador Geral da República e Gilmar Mendes é ministro do STF.

Odilon de Oliveira é um ex-juiz federal, que atuou no combate ao crime organizado no Mato Grosso do Sul. Ficou nacionalmente conhecido por prender centenas de traficantes de drogas e vive sob forte escolta de policiais federais.

Gabarito: A

33. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR – BA/2017 – TECNICO DE NÍVEL SUPERIOR II – DIREITO)



A respeito da relação entre a sociedade brasileira e sua representação no Parlamento Federal, com base no gráfico, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Os segmentos indicados a partir de suas atividades econômicas mostram uma representação política inversamente proporcional à sua expressão numérica na sociedade brasileira.

() Há grandes disparidades entre segmentos da população brasileira e seus representantes no Congresso, embora as questões étnicas sejam as que apresentam menor divergência.

() Os segmentos majoritários da sociedade brasileira possuem representação proporcional no Parlamento, indicando um processo de amadurecimento das instituições democráticas no país.

As afirmativas são, de cima para baixo.

a) F – V – F.

b) F – V – V.

c) V – F – F.



- d) V – V – F.
e) F – F – V.

COMENTÁRIOS:

I - Verdadeiro. Os dois segmentos indicados a partir de suas atividades econômicas são os empresários e ruralistas. Correspondem a uma parcela muito pequena da nossa sociedade (4%), mas detêm 80% das cadeiras no Congresso Nacional.

II - Falso. Proporcionalmente, em relação ao seu total, a menor divergência é a representada pelo segmento das mulheres (9/51) e a maior é a representada pelos ruralistas (30/1).

III - Falso. Os segmentos majoritários da sociedade brasileira estão significativamente sub-representados no parlamento nacional.

Gabarito: C

34. (IDECAN/CBM-RN/2017 - OFICIAL)

“A mais profunda investigação sobre corrupção já realizada no Brasil, a Lava Jato entra no seu quarto ano de ação. Em 2017, as ações da Lava Jato estão voltadas, entre outras coisas, para o chamado ‘Acordo de Leniência’, que promete (e tem surpreendido) o cenário político brasileiro com revelações graves.”

(Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4263574/lava-jato-moro-sugere-cgu-consulta-ao-mp-sobre-acordos-de-leniencia>.)

A alternativa que melhor se adequa ao significado do “Acordo de Leniência” exposto no enunciado é:

- a) A remissão pela participação no ato ilícito, acompanhada da anistia total de quaisquer dívidas ou reparações de danos causados pelo infrator que aceita o acordo.
- b) O acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário, em parceria com o Ministério Público, para equiparar penas judiciais relacionadas aos mesmos tipos de infração.
- c) O acordo que impede o favorecimento de parentes e amigos para cargos públicos, sob pena de cometer improbidade administrativa que fere a Constituição brasileira.
- d) Aquele que permite ao infrator colaborar nas investigações, no próprio processo administrativo e apresentar provas para a condenação dos demais envolvidos na suposta infração.

COMENTÁRIOS:

O Acordo de Leniência é um acordo firmado por uma pessoa jurídica que cometeu ato ilícito contra a administração pública, mas que se dispõe a colaborar nas investigações, no próprio processo administrativo e apresentar provas para a condenação dos demais envolvidos na suposta



infração, em troca de benefícios para sua pena. Esse tipo de acordo tem sido bastante utilizado nas investigações da Operação Lava Jato.

Gabarito: D

35. (IDECAN/CM-NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)

A operação Lava Jato é uma das maiores operações realizadas no Brasil pela Polícia Federal e, nos últimos anos, tem sido tema de grande parte das manchetes jornalísticas em todo o país. O que essa operação da Polícia Federal (PF) investiga?

- a) Esquema de tráfico de armas, lança-perfumes e medicamentos ilegais através do envio das mercadorias pelo serviço Sedex dos Correios.
- b) Quadrilha especializada em falsificação de documentos de jogadores de futebol e empresários, comandada de Juazeiro do Norte (CE).
- c) Organização criminosa transnacional especializada em fraudar o comércio exterior, principalmente com o desvio de mercadorias que chegavam ao Aeroporto Internacional de São Paulo.
- d) Esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, em que grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a diretores e gerentes da Petrobras e outros agentes públicos.

COMENTÁRIOS:

A Operação Lava Jato investiga um esquema bilionário de desvio, de lavagem de dinheiro e de corrupção na Petrobras, em que grandes empreiteiras, como a Odebrecht, organizadas em cartel, pagavam propina a diretores e gerentes da Petrobras, bem como a outros agentes públicos.

Segundo as investigações, a Petrobras contratava empreiteiras por licitações fraudadas. As empreiteiras combinariam entre si qual delas seria a vencedora da licitação e superfaturavam o valor da obra. Parte desse dinheiro “a mais” era desviado para pagar propinas a diretores da estatal que, em troca, aprovavam os contratos superfaturados.

A propina também era repassada a funcionários da estatal, agentes públicos, políticos e partidos políticos, com poder de influenciar decisões e de indicar diretores da estatal.

Gabarito: D

36. (IDECAN/CRO-AL/2017 - FISCAL DE NÍVEL MÉDIO)

“O primeiro dia do ano de 2017 foi marcado pela posse de mais de 63,4 mil candidatos que venceram as eleições de outubro de 2016, tanto para os cargos legislativos quanto para os executivos dos 5.568 municípios do País. Desses, 1.384 prefeitos foram reeleitos, sendo 15 deles nas capitais.”



(Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-01-01/prefeitos-posse.html>.)

A diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato foi efetivamente eleito pelo povo e, por isso, está apto a tomar posse no cargo. Sobre a diplomação dos candidatos que venceram as eleições, é correto afirmar que:

- a) Os diplomas são assinados, conforme o caso, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou da junta eleitoral.
- b) No caso de eleições presidenciais, assim como em casos especiais de eleições estaduais ou municipais com segundo turno, é o TSE que faz a diplomação, para evitar conflitos de interesses.
- c) Nas eleições estaduais, no caso específico dos governadores de cidades maiores, principalmente as capitais como Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, a competência é exclusiva das juntas eleitorais.
- d) Para os eleitos aos demais cargos federais e municipais, assim como para os suplentes de cargos secundários como vereador, a entrega do diploma fica a cargo dos TREs e das juntas eleitorais provisórias.

COMENTÁRIOS:

- a) Correto.** Durante o ato da diplomação, ocorre a entrega dos diplomas, que são assinados, conforme o caso, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou da junta eleitoral.
- b) Incorreto.** Em eleições presidenciais, é o TSE que faz a diplomação. Para os eleitos aos demais cargos federais, estaduais e distritais, assim como para os suplentes, a entrega do diploma fica a cargo dos TREs (Tribunais Regionais Eleitorais). Já nas eleições municipais, a competência é das juntas eleitorais.
- c) Incorreto.** Alternativa totalmente absurda. Difícil de compreender o que a banca quis dizer com "governadores de cidades maiores", posto que governadores são responsáveis máximos pelo poder executivo dos Estados, e não de cidades. Em eleições estaduais, a diplomação compete ao TRE.
- d) Incorreto.** Aos eleitos em demais cargos federais, a entrega do diploma fica a cargo do TRE. Aos cargos municipais, como vereador e os seus suplentes, a entrega do diploma fica a cargo das juntas eleitorais.

Gabarito: A

37. (IDECAN/CBM-RN/2017 - OFICIAL)

“O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrou nesta sexta-feira (09/06/2017) o julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, que venceu as eleições de 2014. O placar final inocentou Temer. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Gilmar Mendes, encerrou a sessão às 21h10. Por 4 votos a 3, tanto a ex-presidente Dilma Rousseff quanto o presidente Michel Temer foram absolvidos.



(Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/08/politica/1496919381_359827.html.)

De acordo com a Constituição atual, caso o Presidente da República Michel Temer tivesse que deixar definitivamente o cargo, assumiria para tomar as medidas cabíveis:

- a) O presidente da Câmara.
- b) O chefe do Gabinete Civil.
- c) O presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) O presidente do Supremo Tribunal Eleitoral.

COMENTÁRIOS:

Caso o Presidente da República Michel Temer tivesse que deixar definitivamente o cargo, assumiria para tomar as medidas cabíveis o **presidente da Câmara dos Deputados**. Nesse caso, se o afastamento do vice-presidente acontecesse durante o primeiro biênio do mandato da chapa, o presidente da Câmara teria de convocar, dentro de 90 dias, a realização de eleições diretas. Caso o afastamento ocorresse no segundo biênio do mandato, as eleições seriam indiretas, com o novo presidente sendo eleito em 30 dias pelo Congresso.

Gabarito: A

38. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - Advogado)

“O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está realizando o cadastramento biométrico para aumentar a segurança durante as eleições. O agendamento no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, pode ser realizado para qualquer zona eleitoral, por meio do site do TRE-RJ ou por telefone. No estado do Rio, por enquanto, em apenas duas cidades o cadastramento é obrigatório: Queimados, na Baixada, e Rio das Ostras, na Região dos Lagos.”

(Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/biometria-nas-eleicoes-saiba-como-fazer-agendamento-do-cadastro-norj.ghml>.)

Sobre o uso da biometria no processo eleitoral é correto afirmar que:

- a) A principal vantagem do sistema biométrico é que o voto pode ser feito apenas via internet.
- b) A fragilidade do sistema é que com a identificação biométrica haverá a possibilidade de um eleitor votar no lugar de outro.
- c) Com a biometria, o título é cancelado e o eleitor procura a Justiça Eleitoral apenas para efetuar o seu recadastramento biométrico.
- d) Biometria é um método automático de reconhecimento individual baseado em medidas biológicas (anatômicas e fisiológicas).

COMENTÁRIOS:



A biometria é uma tecnologia que confere ainda mais segurança à identificação do eleitor no momento da votação. O leitor biométrico, disponível no microterminal (utilizado pelo mesário para reconhecimento do eleitor), confirma a identidade de cada pessoa por meio das impressões digitais, armazenadas em um banco de dados da Justiça Eleitoral.

a) Incorreto. Com o sistema biométrico, o voto continua sendo presencial.

b) Incorreto. Não há essa fragilidade no sistema de identificação biométrica. O método é mais seguro justamente por não permitir a possibilidade de um eleitor votar no lugar de outro.

c) Incorreto. O título de eleitor não é cancelado, continua valendo mesmo com a biometria.

d) Correto. Biometria é um método automático de reconhecimento individual baseado em medidas biológicas (anatômicas e fisiológicas), também conhecido pelo termo popular "impressão digital".

Gabarito: D

39. (FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA/2016 – ENGENHEIRO)

As afirmativas a seguir enumeram alguns argumentos para explicar por que “a economia brasileira *travou*”. A respeito desses argumentos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() A operação Lava Jato colocou em xeque o modo como operava o capitalismo brasileiro ao revelar as relações pouco transparentes entre o Estado e certos segmentos empresariais.

() A criminalização inédita de executivos de grandes empresas abalou a cadeia produtiva da engenharia nacional, com a paralisia ou suspensão de grandes empreendimentos.

() A instabilidade política e os desequilíbrios das contas públicas desestimularam os investimentos produtivos, provocando uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de, aproximadamente, 4%.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V, F e F.

b) V, F e V.

c) F, V e V.

d) V, V e F.

e) V, V e V.

COMENTÁRIOS:

Primeiro item, VERDADEIRO. A Operação Lava Jato expôs as relações corruptas entre políticos e partidos políticos brasileiros no comando do Estado brasileiro e certos segmentos empresariais, como o da construção civil. É uma relação subterrânea, não transparente.



Segundo item, FALSO. Vejam que a questão se refere à criminalização “inérita” de executivos de grandes empresas. Ora, embora não seja a regra, já houve em outras situações a criminalização de executivos de grandes empresas. A palavra “inérita” é a pegadinha da questão. Por outro lado, a criminalização de executivos de grandes empresas, no âmbito da Operação Lava Jato, abalou, sim, a cadeia produtiva da engenharia nacional com a paralisia ou suspensão de grandes empreendimentos.

Terceiro item, FALSO. Item polêmico, que a FGV considerou falso. Analistas políticos e de mercado apontam o desequilíbrio nas contas públicas e a instabilidade política como dois fatores que desestimulam os investimentos produtivos. Até aqui o item está correto. O erro está em dizer que provocaram uma queda de aproximadamente 4% no PIB. De fato, o PIB encolheu 3,8% em 2015 e segue com crescimento negativo em 2016. Mas vários são os fatores que explicam a queda do PIB, não somente os dois citados. Segundo os analistas, outros fatores são o excessivo intervencionismo da política econômica do governo federal no mercado, a mudança e falta de clareza em regras de política econômica e a crise econômica internacional.

Gabarito: A (V, F e F)

40. (MPE-SP/VUNESP/2016 – ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO)

A Procuradoria-Geral da República ofereceu nesta sexta-feira (6 de maio) denúncia ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular. A acusação tem como base desdobramentos da Operação Acrônimo, que investiga um suposto esquema de financiamento ilegal de campanhas políticas.

(Folha de S.Paulo, 06.05.2016. Disponível em: Adaptado)

O governador denunciado foi

- a) Geraldo Alckmin, de São Paulo.
- b) Fernando Pimentel, de Minas Gerais.
- c) Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro.
- d) Beto Richa, do Paraná.
- e) Flávio Dino, do Maranhão.

COMENTÁRIOS:

O governador denunciado foi Fernando Pimentel, de Minas Gerais.

Gabarito: B

41. (VUNESP/MPE SP/2016 – OFICIAL DE PROMOTORIA)



O Ministério da Justiça lançou nesta terça-feira (13.10.2015) uma nova campanha contra a xenofobia e a intolerância no país.

Com o slogan “Brasil, a imigração está no nosso sangue”, a campanha visa mostrar os diferentes momentos de entrada de migrantes que compuseram a história do Brasil, e, com isso, mostrar a diversidade do país.

(<http://folha.com/no1693439>. Adaptado)

Essa providência deve-se, entre outros fatores, ao forte aumento, em 2015, do fluxo de refugiados

- a) angolanos.
- b) senegaleses.
- c) paraguaios.
- d) sírios.
- e) coreanos.

COMENTÁRIOS:

Em outubro de 2015, o Ministério da Justiça lançou a segunda etapa da campanha “Brasil, a imigração está no nosso sangue”. Trata-se de uma campanha de sensibilização e informação contra a xenofobia, o preconceito e a intolerância a imigrantes. A iniciativa é parte do esforço do governo para o acolhimento a estrangeiros que vivem no País e sofrem preconceito. A campanha é exclusiva para as redes sociais e será feita por meio das hashtags #EuTambémSouImigrante e #XenofobiaNãoCombina.

A campanha foi até o dia 18 de novembro. Nos últimos anos, aumentou o número de estrangeiros que tem buscado refúgio no Brasil. Refugiados são imigrantes que fogem do seu país em função de guerras ou por perseguição política. Durante muitos anos, as nacionalidades dominantes de refugiados eram a angolana e a cubana, que tinham maior facilidade linguística e de inserção na sociedade brasileira. Na atualidade, a maioria dos refugiados são sírios e congoleses.

Gabarito: D

42. (FCC/DPE RR/2015 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Segundo dados do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão ligado ao Ministério da Justiça, 2.077 pessoas receberam status de refugiados do governo brasileiro de 2011 até agosto deste ano (2015). Trata-se da nacionalidade com mais refugiados reconhecidos no Brasil.

O número é superior ao dos Estados Unidos (1.243) e ao de países no sul da Europa que recebem grandes quantidades de imigrantes ilegais.

(Adaptado de: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias>)

Os refugiados citados na notícia têm origem



- a) na Bolívia.
- b) no México.
- c) na Síria.
- d) no Paraguai.
- e) no Egito.

COMENTÁRIOS:

Trata-se dos sírios, que fogem da guerra civil na Síria, que completou cinco anos, em março de 2015.

- Ah, professor, não sabia que eram os sírios!
- Veja a dica do enunciado, para acertar a questão!

Ele se refere a pessoas de uma nacionalidade que receberam o status de refugiados no Brasil, de 2011 até agosto de 2015. Número superior ao de países no sul da Europa que recebem grandes quantidades de imigrantes ilegais. Ora pessoal, qual a proveniência da maior parte da grande quantidade de imigrantes refugiados que tem chegado na Europa em 2015? Fácil, da Síria. Por analogia, é a resposta da questão.

Gabarito: C

43. (VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS/2015)

No recente escândalo que envolve grandes desvios de recursos públicos, alguns dos presos assinaram acordos de delação premiada com o Ministério Público. A delação premiada

- a) representa uma possibilidade de os réus primários cumprirem pelo menos metade da pena em liberdade condicional.
- b) garante ao poder judiciário manter o sigilo sobre os envolvidos que estejam exercendo cargos públicos eletivos.
- c) tem como objetivo explicar detalhes do esquema e receber, em contrapartida, redução das penas.
- d) possibilita aos presos manterem-se incógnitos e, sem os nomes divulgados, livres do assédio da imprensa.
- e) permite aos presos a ocupação de celas especiais e assistência jurídica e médica garantida pelo Estado.

COMENTÁRIOS:

Assunto bastante discutido atualmente no Brasil, em especial após os desdobramentos da Operação Lava Jato, a delação ou colaboração premiada é prevista desde 1990, quando a possibilidade de reduzir a pena de um delator passou a fazer parte da Lei de Crimes Hediondos (Lei



nº 8.072, de 1990). Trata-se de um recurso de investigação em que um acusado dá detalhes que possam revelar um esquema criminoso ou prender outros integrantes de uma quadrilha.

A essência da delação premiada é a incriminação de terceiros a partir de depoimentos dados por alguém que teve participação e que pode ser um suspeito, um investigado, um indiciado ou réu. Em troca das informações ele pode receber benefícios diversos no processo penal, como a redução de sua pena – que pode ser de um a dois terços –, o cumprimento de pena em regime abrandado (como o semiaberto e o domiciliar), o perdão judicial pleno ou outros, a critério da Justiça.

Gabarito: C

44. (CESPE/POLÍCIA FEDERAL/2013 – Escrivão)

A Polícia Federal deflagrou a primeira etapa da operação Violência Invisível para desarticular um esquema de corrupção espalhado em mais de cem cidades em onze estados. A fase inicial da investigação teve como foco prefeituras de Minas Gerais e empresários do Espírito Santo, estes apontados como mentores do esquema. Nove pessoas foram presas: três ex-prefeitos mineiros, três empresários capixabas e três servidores públicos do governo de Minas Gerais.

O Globo, 3/7/2013, p. 8.

Entre os crimes cometidos por gestores nos diversos níveis da administração pública nacional, como os que foram alvo da investigação mencionada no texto, são comuns as fraudes em licitações, a manipulação de precatórios e o superfaturamento nos custos de obras.

COMENTÁRIOS:

Infelizmente, a imprensa brasileira segue noticiando crimes cometidos por gestores nos diversos níveis da administração pública. Fraudes em licitação, manipulação de precatórios, superfaturamento nos custos das obras são alguns tipos de crimes cometidos por administradores públicos corruptos. O lado positivo dessas notícias é que a fiscalização e o combate à corrupção cresceram nos últimos anos, o que tem resultado numa série de dismantelamento de quadrilhas e em inúmeras prisões de envolvidos em crimes contra a administração pública.

Gabarito: Certo

45. (VUNESP/CMSC/2013 – RECEPCIONISTA)

Leia a notícia.

Renan Calheiros (PMDB-AL) assumiu interinamente a presidência da República nesta sexta-feira (24). Ele chegou para despachos no Palácio do Planalto por volta das 16h. Teve uma breve reunião com a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Helena Chagas, da Comunicação Social, e mais tarde deve receber o governador de Alagoas, Teotônio Vilela.

(<http://g1.globo.com>)



Tal fato aconteceu porque tanto a presidenta, o vice-presidente e o presidente da Câmara dos Deputados estavam no exterior e o terceiro, na lista sucessória, ser o presidente

- a) da Câmara dos Deputados.
- b) do Supremo Tribunal de Justiça.
- c) do Supremo Tribunal Eleitoral.
- d) da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.
- e) do Senado Federal.

COMENTÁRIOS:

Dispõe o art. 80 da Constituição Federal que *em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.*

Ou seja, a linha sucessória do Presidente da República é:

- 1º - Vice-Presidente da República;
- 2º - Presidente da Câmara dos Deputados;
- 3º - Presidente do Senado;
- 4º - Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Gabarito: E



14 – LISTA DE QUESTÕES

(QUADRIX/CRESS-GO/2019 – AGENTE FISCAL)

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos veio para enfrentar o problema histórico da falta de médicos e para aprimorar a atenção básica à saúde no Brasil.

Internet: <<http://maismedicos.gov.br>> (com adaptações).

A respeito do programa em tela, julgue os itens.

1. O Mais Médicos resultou de um contrato entre o Brasil e o governo cubano para provimento de médicos exclusivamente em municípios distantes dos grandes centros.
2. Em novembro de 2018, o governo de Cuba comunicou ao Brasil a retirada dos seus médicos, no que foi seguido por outros países que têm profissionais vinculados ao programa.
3. Médicos cubanos vinculados ao programa ocuparam parcela significativa do contingente de profissionais dedicados à saúde indígena no País.
4. Segundo relatos de secretários municipais de saúde, cerca de um terço dos médicos que aderiram à chamada feita em novembro de 2018 pelo Mais Médicos deixaram suas vagas em outros programas da atenção básica à saúde para optar pelo programa.

5. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

A Agência Brasil noticiou que o governo federal estuda formas de regularizar a permanência dos médicos cubanos após o fim do acordo de cooperação entre Brasil e Cuba no Programa Mais Médicos.

(Agência Brasil. Publicado em: 23.01.2019. Acessível em: <https://bit.ly/2FYt6g1>. Adaptado)

Uma exigência inalterável para a permanência dos profissionais é a de que todos

- (A) façam a opção pela dupla cidadania.
- (B) cortem laços com a ilha de Cuba.
- (C) façam estágio probatório em hospitais credenciados.
- (D) mantenham suas finanças exclusivamente no Brasil.
- (E) se submetam ao Programa Revalida.



6. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) chegou na manhã deste domingo (27.01.2019) a São Paulo para a nova cirurgia a qual se submeterá nesta segunda-feira, no hospital Albert Einstein, localizado no bairro do Morumbi, na zona sul. O presidente se internará na unidade e começará a se preparar para a operação de reconstrução do “trânsito intestinal”.

(Uol. 27.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2B49Fif>. Adaptado)

A nova cirurgia a que o presidente se submeteu é reflexo de

- (A) uma queda que sofreu durante as festas de final de ano.
- (B) um atentado sofrido pelo então candidato em Juiz de Fora.
- (C) um acidente de lancha ocorrido em Angra dos Reis.
- (D) uma hérnia adquirida ainda nos tempos de serviço militar.
- (E) um acidente de trânsito enquanto estava na Suíça.

7. (CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO)

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assíncronas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).

Tendo como referência o texto antecedente, julgue o item que se segue, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

Na qualidade de esteio maior da lei, a justiça protagonizada pela formalidade do Poder Judiciário deve atender aos interesses dos demais poderes da República.

8. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

As Nações Unidas aprovaram o pacto global sobre refugiados. Ao todo, 181 países votaram a favor do documento, enquanto Estados Unidos e Hungria foram contrários. Coordenado pelo Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur), com sede em Genebra, o pacto global sobre refugiados, aprovado ontem (17 de dezembro), procura promover a resposta internacional adequada aos fluxos em massa e situações prolongadas de refugiados.

(Agência Brasil, 18 dez.18. Adaptado)

Um dos objetivos apontados pelo pacto global sobre refugiados é

- (A) garantir aos refugiados os direitos de ampla cidadania nos países que os acolheram, incluindo direitos políticos e sociais.



(B) ajudar a criar condições nos países de origem para o regresso dos refugiados, garantidas as circunstâncias de segurança e dignidade.

(C) concentrar o maior número possível de refugiados em poucos países, para melhor atender às suas demandas.

(D) dar aos refugiados o mínimo necessário para a sobrevivência, de forma a não incentivar novos fluxos migratórios.

(E) conter os refugiados nos países do entorno do país de origem, com o objetivo de facilitar o retorno assim que possível.

9. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA)

As práticas sociais na atualidade são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que proporcionam amplo debate e favorecem o consenso sobre temas relevantes a maioria da população.

10. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é atualizado anualmente, visando permitir o conhecimento sobre as condições de vida das nações avaliadas. Este índice possui uma variação de 0 até 1, sendo que quanto mais próximo for de 1 a avaliação do país, melhor classificado ele será no IDH, ou seja, melhores condições de vida aquela população terá.

Analise o IDH do Brasil mostrado na tabela abaixo.

Ano	Posição no mundo	IDH
2015	79 ^a	0,754
2016	79 ^a	0,758
2017	79 ^a	0,759
2018	79 ^a	0,759

(Pnud)

Os dados apresentados e os conhecimentos sobre o contexto socioeconômico brasileiro indicam

a) os elevados déficits em setores de importância socioeconômica, como é o caso da Previdência.

b) que, atualmente, o país tem apresentado significativa redução das desigualdades sociais.

c) que as condições de vida da população brasileira tiveram reduzida evolução.

d) o esforço do governo para manter políticas públicas destinadas às crianças e jovens.



e) a posição do Brasil como o país de maior IDH da América do Sul, superando a Argentina.

1. (VUNESP/MP SP/2018 – ANALISTA JURÍDICO)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou as regras que devem ser observadas nas eleições deste ano. Entre elas, é correto afirmar que (bit.ly/2Lrodip. Adaptado)

- (A) o crowdfunding está proibido como forma de arrecadação de fundos para o financiamento de campanha.
- (B) os eleitores transexuais e travestis poderão solicitar a inclusão do nome social no título de eleitor e no caderno de votação somente para as futuras eleições municipais.
- (C) as propagandas feitas por telefonemas aos eleitores estão liberadas somente para o período entre 15 de agosto e 21 de setembro.
- (D) os comícios podem ser realizados das 18 horas à meia-noite, e os comícios de encerramento devem acabar, no máximo, às 2 horas da madrugada da véspera da votação.
- (E) na internet, a propaganda pode começar em 16 de agosto e será permitido o impulsionamento de conteúdos por partidos, coligações e candidatos.

2. (VUNESP/PC SP/2018 – AGETEL)

Em assunto diretamente relacionado às eleições brasileiras de outubro deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em junho de 2018,

- (A) suspender o uso do voto impresso nas urnas eletrônicas.
- (B) vetar a presença de partidos sem representação parlamentar.
- (C) reduzir os recursos oferecidos aos partidos pelo Fundo Partidário.
- (D) estender o direito de voto para os todos os estrangeiros.
- (E) flexibilizar a aplicação da lei da Ficha Limpa.

3. (VUNESP/PC SP/2018 – PAPILOSCOPISTA POLICIAL)

Pelo entendimento original da Constituição, o foro privilegiado garantido a autoridades como parlamentares fazia com que eles fossem processados por infrações penais comuns no Supremo. No caso de deputados federais e senadores, o Supremo Tribunal Federal (STF) restringiu o entendimento para os crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo.

(<https://veja.abril.com.br>. 10.05.2018. Adaptado)

A notícia é relativa à votação realizada pelo STF, cujo resultado, aprovado por nove votos a um, aponta que o foro privilegiado

- (A) não vale para os casos de improbidade administrativa, caso, por exemplo, da situação em que o agente público provoque perdas ao patrimônio público.



- (B) necessitará ser ampliado, em favor dos parlamentares federais, para abranger crimes de quaisquer naturezas, desde que ocorridos no exercício do mandato.
- (C) deverá ser mantido aos parlamentares eleitos pelo voto direto, bem como aos chefes do Poder Executivo e Judiciário, quando da esfera federal.
- (D) não prevalecerá para os suplentes de senadores e deputados federais, e para ministros de Estado com menos de um ano do cargo.
- (E) não terá validade para os casos de crimes que, na ocorrência de condenação, não prevejam a perda de mandato do parlamentar.

4. (FADESP/BANPARÁ/2018 – TÉCNICO BANCÁRIO)

Neste ano de 2018, a Constituição Federal brasileira completa trinta anos de existência. Elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1987, no ocaso da Ditadura Militar, coordenada pelo deputado Ulysses Guimarães, a Carta Magna ainda hoje é lembrada pelo seu apelido de Constituição

- a) Transformadora.
- b) Transitiva.
- c) Cidadã.
- d) Civil.
- e) Antiautoritária.

5. (VUNESP/PC-SP/2018 - ESCRIVÃO)

O primeiro grupo de refugiados venezuelanos chegou a São Paulo no dia 13 de abril de 2018. A cidade deve receber 300 estrangeiros como parte do programa de interiorização dos imigrantes que cruzaram a fronteira para escapar da crise econômica e política na Venezuela. Até o momento, 161 venezuelanos estão na capital paulista.

(Agência Brasil, 13.04.18. Adaptado)

Esses imigrantes estavam em

- (A) Macapá (AP).
- (B) Rio Branco (AC).
- (C) Belém (PA).
- (D) Porto Velho (RO).
- (E) Boa Vista (RR).

6. (FGV/COMPESA/2018 – ANALISTA DE GESTÃO)



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi concebido para superar uma abordagem meramente econômica de desenvolvimento, baseada na renda nacional. Assinale a opção que apresenta os critérios que são adotados para estabelecer o IDH.

- (A) A taxa de desemprego, os investimentos em pesquisa e a média de anos de educação de adultos.
- (B) A expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda medida em paridade com o poder de compra.
- (C) A longevidade com saúde, a taxa de alfabetização e o produto interno bruto per capita.
- (D) A esperança de vida ao nascer, a matrícula escolar nos três níveis do ensino e o índice de empregabilidade.
- (E) O percentual da população economicamente ativa, o rendimento médio por gênero e o grau de desigualdade social.

7. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

Deputados federais e senadores só poderão ser julgados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) se a denúncia for referente a crimes cometidos durante o mandato e em razão das funções do cargo. Este foi o entendimento decidido pela Corte em votação concluída nesta quinta-feira (03.05.2018) [...].

Os ministros analisarão, caso a caso, quais processos sobre parlamentares que tramitam atualmente no STF devem ser destinados para instâncias regionais ou continuar na Corte por estar em estado avançado.

(<http://www.destakjornal.com.br>. Adaptado)

As alterações mencionadas no texto correspondem às restrições

- (A) da autonomia do poder executivo.
- (B) da lei da ficha limpa.
- (C) da punição aos crimes contra a humanidade.
- (D) do foro privilegiado.
- (E) do julgamento de brasileiros residentes no exterior.

8. (VUNESP/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/2018 – VÁRIOS CARGOS)

As condições precárias de saúde vivenciadas pelos venezuelanos que estão imigrando para o estado brasileiro de Roraima estão provocando a proliferação dos casos de

- (A) ebola.
- (B) sarampo.
- (C) microcefalia.



- (D) doenças metabólicas.
- (E) gripe aviária.

9. (VUNESP/PC-SP/2018 – AUXILIAR DE PAPILOSCOPISTA)

A audiência de conciliação designada pela ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber durou cerca de três horas e reuniu representantes do governo federal, do governo de Roraima, da Defensoria Pública da União e de organizações de defesa dos direitos humanos. A governadora de Roraima, Suely Campos, apresentou uma proposta que prevê ressarcimento, por parte do governo federal, de R\$ 184 milhões de reais aos cofres do estado. O valor, segundo ela, é referente a recursos gastos desde 2016 nas áreas de saúde, educação e segurança por causa da migração de venezuelanos.

(EBC, 18 mai.18. Disponível em: . Adaptado)

Antes da proposta de ressarcimento, a demanda originalmente apresentada pelo governo de Roraima estava relacionada

- (A) à ruptura das relações diplomáticas entre os países.
- (B) à distribuição dos imigrantes venezuelanos por outros estados.
- (C) à triagem socioeconômica no acesso de venezuelanos ao Brasil.
- (D) à expulsão do Brasil dos imigrantes venezuelanos ilegais.
- (E) ao fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela.

10. (IDECAN/IPC/2018 - PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO)



A manchete acima denuncia um grave problema social que tomou conta de uma capital brasileira que vem sofrendo com o intenso fluxo de imigrantes venezuelanos. As cenas da chegada de centenas, até milhares de venezuelanos desempregados, famintos e desesperados se tornaram frequentes na cidade que recebe um número crescente de imigrantes. Já são 40 mil, segundo as contas da Prefeitura, o que equivale a mais de 10% dos cerca de 330 mil habitantes da capital do estado com menor índice populacional do Brasil. A cidade a qual estamos nos referindo é:

- a) Rio Branco
- b) Boa Vista



- c) Manaus
- d) Belém

11. (CESGRANRIO/LIQUIGÁS/2018 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

Considere o texto que aborda a imigração no Brasil contemporâneo.

Os venezuelanos chegam ao Brasil fugindo da crise econômica intensa instalada no país vizinho. De 2015 a junho deste ano, 56,7 mil venezuelanos procuraram a Polícia Federal. Nesse período, 35,5 mil pediram refúgio e 11,1 mil solicitaram residência no Brasil. Em abril, o governo deu início a um processo de distribuição de imigrantes venezuelanos concentrados na Amazônia para outras unidades da federação, no chamado processo de interiorização.

Metade dos imigrantes da Venezuela já deixou o Brasil, Jornal do Brasil, Nacional, 18 jul. 2018, p.4. Adaptado.

Essa chegada de imigrantes venezuelanos ao Brasil ocorre pelo seguinte estado:

- (A) Pará
- (B) Amapá
- (C) Roraima
- (D) Rondônia
- (E) Amazonas

12. (FCC/PC AP/2017 – AGENTE DE POLÍCIA)

O presidente Michel Temer sancionou em 24 de maio o projeto da nova Lei da Migração. O texto será publicado no dia 25, no Diário Oficial da União.

(Adaptado de: <http://brasil.estadao.com.br>)

Sobre a lei da Migração são feitas as seguintes afirmações:

- I. À semelhança do Estatuto do Estrangeiro, da década de 1980, a nova lei está voltada para a segurança nacional.
- II. A nova lei determina a existência de um visto temporário para pessoas que precisam fugir dos países de origem, mas que não se enquadram na lei do refúgio.
- III. A lei acaba com a proibição e garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos.
- IV. Para especialistas, a legislação endurece o tratamento para os imigrantes, o que fere os direitos humanos e incentiva a xenofobia.

Está correto somente o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I e II.



- c) e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

13. (VUNESP/PREFEITURA DE MARÍLIA – SP/2017 - AUXILIAR DE ESCRITA)

Pesquisa do Ministério do Trabalho divulgada nesta terça-feira (12/09) mostra que imigrantes deste país vizinho estão em trabalhos precários, e que mais da metade (51%) recebe menos que um salário mínimo ao mês. Também sofrem com o problema de Roraima, estado onde se concentram, oferecer poucas oportunidades de emprego. [...] Motivados pela forte recessão econômica vivida no país de origem, 47% dos imigrantes que chegaram ao Brasil não têm pretensão de voltar, segundo a pesquisa do Ministério do Trabalho.

(G1 – goo.gl/Ck8YNE. Acesso em 16.10.2017. Adaptado)

A notícia trata dos imigrantes

- a) venezuelanos.
- b) colombianos.
- c) bolivianos.
- d) peruanos.
- e) paraguaios.

14. (IDECAN/CM NATIVIDADE/2017 - AGENTE DE VIGILÂNCIA)

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é calculado desde a década de 90 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das várias agências temáticas da ONU. Seu objetivo é ser uma referência da qualidade de vida. O IDH varia de 0 a 1; quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local. Os critérios utilizados para calcular o IDH são, EXCETO:

- a) Renda (PIB per capita).
- b) Urbanização (quantidade de megacidades).
- c) Longevidade (esperança de vida ao nascer).
- d) Educação (alfabetização e taxa de matrícula).

(QUADRIX/CFO DF/2017 – ADMINISTRADOR)

O número de venezuelanos que solicitaram refúgio em Roraima cresceu 22.122% nos últimos três anos segundo dados divulgados pela Polícia Federal (PF) no estado. Só no ano de 2016, mais de 2.000 venezuelanos foram à sede da PF, em Boa Vista, para pedir a condição de refugiado.



Internet: <<http://g1.globo.com>> (com adaptações)

Tendo o texto acima e assuntos correlatos como referência inicial, julgue os itens a seguir.

15. A intensificação das migrações da Venezuela para o território brasileiro tem estreita relação com a crise econômica que atinge aquele país, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo.
16. Além de Roraima, outros estados brasileiros limítrofes com a Venezuela, como o Amazonas e o Amapá, têm sofrido o impacto da entrada massiva de venezuelanos, que não precisam de visto ou passaporte para cruzar a fronteira.
17. O governo roraimense tem envidado esforços no sentido de prover condições mínimas de sobrevivência para os milhares de venezuelanos que vivem no estado, em grande parte subempregados.

18. (IDECAN/CREF 5/2017 - AGENTE FISCAL)

A Constituição Federal simboliza a lei maior que dispõe sobre as garantias e os direitos individuais dos cidadãos e estabelece a forma e o regime de governo, o sistema eleitoral e a organização dos poderes. Em 1988 foi promulgada a sétima Constituição Federal do Brasil válida até os dias atuais. O presidente em exercício, na data de sua promulgação, era:

- a) José Sarney.
- b) Itamar Franco.
- c) Tancredo Neves.
- d) Ulysses Guimarães.

19. (VUNESP/CRBIO-01/2017 – ANALISTA EM COMUNICAÇÃO)

O ministro Herman Benjamin, relator da ação que investiga, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a chapa presidencial de 2014, formada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e pelo presidente Michel Temer (PMDB), decidiu incluir a delação da Odebrecht no processo e ouvir executivos da empreiteira que firmaram o acordo de colaboração com o Ministério Público Federal (MPF). A ação que tramita no TSE foi proposta pelo PSDB e pode gerar a cassação do mandato de Temer e a inelegibilidade de Dilma. Benjamin pretende ouvir delatores da empresa a partir do mês de março.

(O Estado de S.Paulo, 22.02.2017. Disponível em: <<https://goo.gl/W33Ily>>. Adaptado)

Entre as acusações que recaem sobre a chapa que venceu as eleições de 2014, presentes na delação da Odebrecht, é correto identificar



- (A) o favorecimento da empresa em ações que envolviam sonegação e evasão fiscal em troca do financiamento da campanha governista.
- (B) o superfaturamento de obras licitadas nos mandatos de Lula que geraram recursos destinados à corrupção e à compra de votos.
- (C) o repasse de dinheiro do caixa 2 da empresa para os partidos que deram apoio à chapa Dilma-Temer, como o PRB, o PP e o próprio PMDB.
- (D) o recebimento de propina em forma de pagamento não declarado de despesas de campanha, como deslocamentos e impressão de material gráfico.
- (E) a transferência de recursos não declarados da empresa para contas pessoais de políticos governistas no exterior, tais como contas em paraísos fiscais.

20. (VUNESP/CRBIO-01/2017 – TÉCNICO/AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O ministro (...) foi escolhido para ser o novo relator dos processos da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), em sorteio realizado nesta quinta-feira (02.02) por determinação da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.

O ministro vai herdar os processos ligados à operação que estavam com o ministro Teori Zavaski, morto num acidente aéreo em janeiro. Estavam sob a relatoria de Teori 16 denúncias e outros 58 inquéritos relacionados à Lava Jato.

(Uol, <https://goo.gl/NANZYF>, 02.02.2017. Adaptado)

O novo relator escolhido por sorteio é o ministro

- (A) Alexandre de Moraes.
- (B) Dias Toffoli.
- (C) Edson Fachin.
- (D) Gilmar Mendes.
- (E) Luiz Fux.

21. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR BA/2017 – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR II)

A denúncia de desvios de verbas, a investigação de agentes públicos e privados, o desmantelamento de esquemas para beneficiar indevidamente órgãos e instituições, têm ocupado as manchetes diárias da mídia impressa e televisiva, familiarizando o cidadão brasileiro com uma terminologia jurídica sobre os crimes associados à corrupção. Relacione os tipos de crime listados abaixo às suas respectivas caracterizações.

1. Corrupção ativa
2. Tráfico de influência
3. Extorsão



- () Oferecimento de alguma forma de compensação para que o agente público deixe de fazer algo que, dentro de suas funções, deveria fazer.
- () Uso de uma posição privilegiada dentro de uma empresa ou entidade, ou das conexões com pessoas em posição de autoridade, para obter favores ou benefícios para terceiros.
- () Ato de obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, mediante violência ou ameaça, com a intenção de obter vantagem, recompensa ou lucro.

Assinale a opção que mostra a relação correta, de cima para baixo.

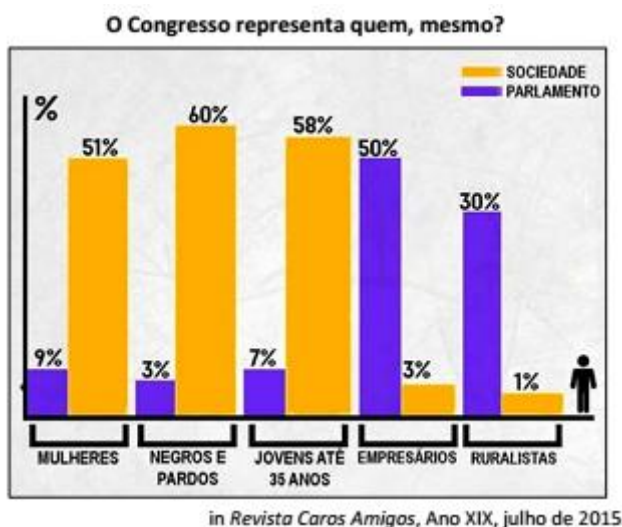
- a) 1, 3 e 2
b) 1, 2 e 3
c) 2, 1 e 3
d) 2, 3 e 1
e) 3, 2 e 1

22. (CONSULPLAN/TJ-MG/2017 – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS)

A denominada “Operação Lava Jato” trata, segundo o Ministério Público Federal, do maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo um grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. O nome do magistrado encarregado do julgamento em primeira instância, dos crimes apurados na mencionada operação é

- a) Sérgio Moro.
b) Rodrigo Janot.
c) Odilon de Oliveira.
d) Gilmar Mendes.

23. (FGV/PREFEITURA DE SALVADOR – BA/2017 – TECNICO DE NÍVEL SUPERIOR II – DIREITO)



A respeito da relação entre a sociedade brasileira e sua representação no Parlamento Federal, com base no gráfico, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Os segmentos indicados a partir de suas atividades econômicas mostram uma representação política inversamente proporcional à sua expressão numérica na sociedade brasileira.

() Há grandes disparidades entre segmentos da população brasileira e seus representantes no Congresso, embora as questões étnicas sejam as que apresentam menor divergência.

() Os segmentos majoritários da sociedade brasileira possuem representação proporcional no Parlamento, indicando um processo de amadurecimento das instituições democráticas no país.

As afirmativas são, de cima para baixo.

- a) F – V – F.
- b) F – V – V.
- c) V – F – F.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

24. (IDECAN/CBM-RN/2017 - OFICIAL)

“A mais profunda investigação sobre corrupção já realizada no Brasil, a Lava Jato entra no seu quarto ano de ação. Em 2017, as ações da Lava Jato estão voltadas, entre outras coisas, para o chamado ‘Acordo de Leniência’, que promete (e tem surpreendido) o cenário político brasileiro com revelações graves.”

(Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4263574/lava-jato-moro-sugere-cgu-consulta-ao-mp-sobre-acordos-de-leniencia>.)

A alternativa que melhor se adequa ao significado do “Acordo de Leniência” exposto no enunciado é:

- a) A remissão pela participação no ato ilícito, acompanhada da anistia total de quaisquer dívidas ou reparações de danos causados pelo infrator que aceita o acordo.
- b) O acordo firmado entre os Poderes Executivo e Judiciário, em parceria com o Ministério Público, para equiparar penas judiciais relacionadas aos mesmos tipos de infração.
- c) O acordo que impede o favorecimento de parentes e amigos para cargos públicos, sob pena de cometer improbidade administrativa que fere a Constituição brasileira.
- d) Aquele que permite ao infrator colaborar nas investigações, no próprio processo administrativo e apresentar provas para a condenação dos demais envolvidos na suposta infração.

25. (IDECAN/CM-NATIVIDADE/2017 - TÉCNICO EM CONTABILIDADE)



A operação Lava Jato é uma das maiores operações realizadas no Brasil pela Polícia Federal e, nos últimos anos, tem sido tema de grande parte das manchetes jornalísticas em todo o país. O que essa operação da Polícia Federal (PF) investiga?

- a) Esquema de tráfico de armas, lança-perfumes e medicamentos ilegais através do envio das mercadorias pelo serviço Sedex dos Correios.
- b) Quadrilha especializada em falsificação de documentos de jogadores de futebol e empresários, comandada de Juazeiro do Norte (CE).
- c) Organização criminosa transnacional especializada em fraudar o comércio exterior, principalmente com o desvio de mercadorias que chegavam ao Aeroporto Internacional de São Paulo.
- d) Esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, em que grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a diretores e gerentes da Petrobras e outros agentes públicos.

26. (IDECAN/CRO-AL/2017 - FISCAL DE NÍVEL MÉDIO)

“O primeiro dia do ano de 2017 foi marcado pela posse de mais de 63,4 mil candidatos que venceram as eleições de outubro de 2016, tanto para os cargos legislativos quanto para os executivos dos 5.568 municípios do País. Desses, 1.384 prefeitos foram reeleitos, sendo 15 deles nas capitais.”

(Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-01-01/prefeitos-posse.html>.)

A diplomação é o ato pelo qual a Justiça Eleitoral atesta que o candidato foi efetivamente eleito pelo povo e, por isso, está apto a tomar posse no cargo. Sobre a diplomação dos candidatos que venceram as eleições, é correto afirmar que:

- a) Os diplomas são assinados, conforme o caso, pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) ou da junta eleitoral.
- b) No caso de eleições presidenciais, assim como em casos especiais de eleições estaduais ou municipais com segundo turno, é o TSE que faz a diplomação, para evitar conflitos de interesses.
- c) Nas eleições estaduais, no caso específico dos governadores de cidades maiores, principalmente as capitais como Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, a competência é exclusiva das juntas eleitorais.
- d) Para os eleitos aos demais cargos federais e municipais, assim como para os suplentes de cargos secundários como vereador, a entrega do diploma fica a cargo dos TREs e das juntas eleitorais provisórias.

27. (IDECAN/CBM-RN/2017 - OFICIAL)

“O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encerrou nesta sexta-feira (09/06/2017) o julgamento da ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, que venceu as eleições de 2014. O placar



final inocentou Temer. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Gilmar Mendes, encerrou a sessão às 21h10. Por 4 votos a 3, tanto a ex-presidente Dilma Rousseff quanto o presidente Michel Temer foram absolvidos.

(Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/08/politica/1496919381_359827.html.)

De acordo com a Constituição atual, caso o Presidente da República Michel Temer tivesse que deixar definitivamente o cargo, assumiria para tomar as medidas cabíveis:

- a) O presidente da Câmara.
- b) O chefe do Gabinete Civil.
- c) O presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) O presidente do Supremo Tribunal Eleitoral.

28. (IDECAN/CM CEL FABRICIANO/2017 - Advogado)

“O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está realizando o cadastramento biométrico para aumentar a segurança durante as eleições. O agendamento no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, pode ser realizado para qualquer zona eleitoral, por meio do site do TRE-RJ ou por telefone. No estado do Rio, por enquanto, em apenas duas cidades o cadastramento é obrigatório: Queimados, na Baixada, e Rio das Ostras, na Região dos Lagos.”

(Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/biometria-nas-eleicoes-saiba-como-fazer-agendamento-do-cadastro-norj.ghtml>.)

Sobre o uso da biometria no processo eleitoral é correto afirmar que:

- a) A principal vantagem do sistema biométrico é que o voto pode ser feito apenas via internet.
- b) A fragilidade do sistema é que com a identificação biométrica haverá a possibilidade de um eleitor votar no lugar de outro.
- c) Com a biometria, o título é cancelado e o eleitor procura a Justiça Eleitoral apenas para efetuar o seu recadastramento biométrico.
- d) Biometria é um método automático de reconhecimento individual baseado em medidas biológicas (anatômicas e fisiológicas).

29. (FGV/PREFEITURA DE PAULÍNIA/2016 – ENGENHEIRO)

As afirmativas a seguir enumeram alguns argumentos para explicar por que “a economia brasileira *travou*”. A respeito desses argumentos, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A operação Lava Jato colocou em xeque o modo como operava o capitalismo brasileiro ao revelar as relações pouco transparentes entre o Estado e certos segmentos empresariais.
- () A criminalização inédita de executivos de grandes empresas abalou a cadeia produtiva da engenharia nacional, com a paralisia ou suspensão de grandes empreendimentos.



() A instabilidade política e os desequilíbrios das contas públicas desestimularam os investimentos produtivos, provocando uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de, aproximadamente, 4%.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, F e F.
- b) V, F e V.
- c) F, V e V.
- d) V, V e F.
- e) V, V e V.

30. (MPE-SP/VUNESP/2016 – ANALISTA TÉCNICO CIENTÍFICO)

A Procuradoria-Geral da República ofereceu nesta sexta-feira (6 de maio) denúncia ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) contra o governador pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade de documento particular. A acusação tem como base desdobramentos da Operação Acrônimo, que investiga um suposto esquema de financiamento ilegal de campanhas políticas.

(Folha de S.Paulo, 06.05.2016. Disponível em: Adaptado)

O governador denunciado foi

- a) Geraldo Alckmin, de São Paulo.
- b) Fernando Pimentel, de Minas Gerais.
- c) Luiz Fernando Pezão, do Rio de Janeiro.
- d) Beto Richa, do Paraná.
- e) Flávio Dino, do Maranhão.

31. (VUNESP/MPE SP/2016 – OFICIAL DE PROMOTORIA)

O Ministério da Justiça lançou nesta terça-feira (13.10.2015) uma nova campanha contra a xenofobia e a intolerância no país.

Com o slogan “Brasil, a imigração está no nosso sangue”, a campanha visa mostrar os diferentes momentos de entrada de migrantes que compuseram a história do Brasil, e, com isso, mostrar a diversidade do país.

(<http://folha.com/no1693439>. Adaptado)

Essa providência deve-se, entre outros fatores, ao forte aumento, em 2015, do fluxo de refugiados

- a) angolanos.
- b) senegaleses.



- c) paraguaios.
- d) sírios.
- e) coreanos.

32. (FCC/DPE RR/2015 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Segundo dados do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão ligado ao Ministério da Justiça, 2.077 pessoas receberam status de refugiados do governo brasileiro de 2011 até agosto deste ano (2015). Trata-se da nacionalidade com mais refugiados reconhecidos no Brasil.

O número é superior ao dos Estados Unidos (1.243) e ao de países no sul da Europa que recebem grandes quantidades de imigrantes ilegais.

(Adaptado de: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias>)

Os refugiados citados na notícia têm origem

- a) na Bolívia.
- b) no México.
- c) na Síria.
- d) no Paraguai.
- e) no Egito.

33. (VUNESP/CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS/2015)

No recente escândalo que envolve grandes desvios de recursos públicos, alguns dos presos assinaram acordos de delação premiada com o Ministério Público. A delação premiada

- a) representa uma possibilidade de os réus primários cumprirem pelo menos metade da pena em liberdade condicional.
- b) garante ao poder judiciário manter o sigilo sobre os envolvidos que estejam exercendo cargos públicos eletivos.
- c) tem como objetivo explicar detalhes do esquema e receber, em contrapartida, redução das penas.
- d) possibilita aos presos manterem-se incógnitos e, sem os nomes divulgados, livres do assédio da imprensa.
- e) permite aos presos a ocupação de celas especiais e assistência jurídica e médica garantida pelo Estado.

34. (CESPE/POLÍCIA FEDERAL/2013 – Escrivão)

A Polícia Federal deflagrou a primeira etapa da operação Violência Invisível para desarticular um esquema de corrupção espalhado em mais de cem cidades em onze estados. A fase inicial da investigação teve como foco prefeituras de Minas Gerais e empresários do Espírito Santo,



estes apontados como mentores do esquema. Nove pessoas foram presas: três ex-prefeitos mineiros, três empresários capixabas e três servidores públicos do governo de Minas Gerais.

O Globo, 3/7/2013, p. 8.

Entre os crimes cometidos por gestores nos diversos níveis da administração pública nacional, como os que foram alvo da investigação mencionada no texto, são comuns as fraudes em licitações, a manipulação de precatórios e o superfaturamento nos custos de obras.

35. (VUNESP/CMSC/2013 – RECEPCIONISTA)

Leia a notícia.

Renan Calheiros (PMDB-AL) assumiu interinamente a presidência da República nesta sexta-feira (24). Ele chegou para despachos no Palácio do Planalto por volta das 16h. Teve uma breve reunião com a ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e Helena Chagas, da Comunicação Social, e mais tarde deve receber o governador de Alagoas, Teotônio Vilela.

(<http://g1.globo.com>)

Tal fato aconteceu porque tanto a presidenta, o vice-presidente e o presidente da Câmara dos Deputados estavam no exterior e o terceiro, na lista sucessória, ser o presidente

- a) da Câmara dos Deputados.
- b) do Supremo Tribunal de Justiça.
- c) do Supremo Tribunal Eleitoral.
- d) da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.
- e) do Senado Federal.



15 – GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. E | 42. C |
| 2. E | 43. C |
| 3. C | 44. C |
| 4. C | 45. E |
| 5. E | |
| 6. B | |
| 7. E | |
| 8. B | |
| 9. E | |
| 10. C | |
| 11. E | |
| 12. A | |
| 13. A | |
| 14. C | |
| 15. E | |
| 16. B | |
| 17. D | |
| 18. B | |
| 19. E | |
| 20. B | |
| 21. C | |
| 22. A | |
| 23. A | |
| 24. B | |
| 25. C | |
| 26. E | |
| 27. C | |
| 28. A | |
| 29. C | |
| 30. C | |
| 31. B | |
| 32. A | |
| 33. C | |
| 34. D | |
| 35. D | |
| 36. A | |
| 37. A | |
| 38. D | |
| 39. A | |
| 40. B | |
| 41. D | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.